**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

ANA CAROLINA DOBBERT DE OLIVEIRA

**HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO
ACERCA DA TRANSMISSÃO DO ACERVO DIGITAL DEIXADO PELO *DE CUJUS***

Rio do Sul

2021

ANA CAROLINA DOBBERT DE OLIVEIRA

**HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO
ACERCA DA TRANSMISSÃO DO ACERVO DIGITAL DEIXADO PELO *DE CUJUS***

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito, pelo
Centro Universitário para o Desenvolvimento do
Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Orientadora: Profa. M.a. Franciane Hasse.

Rio do Sul

2021

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “**HERANÇA DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO ACERCA DA TRANSMISSÃO DO ACERVO DIGITAL DEIXADO PELO *DE CUJUS***”, elaborada pela acadêmica ANA CAROLINA DOBBERT DE OLIVEIRA, foi considerada

APROVADA

REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, _____ de _____ de _____.

Prof. Mickhael Erik Alexander Bachmann
Coordenador do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul, 21 de maio de 2021.

Ana Carolina Dobbert de Oliveira
Acadêmica

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”. (Arthur Schopenhauer).

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, os meus maiores agradecimentos são destinados aos meus pais – minha mãe Mari e meu pai Marcos –, pessoas que possibilitaram tornar real o meu sonho de cursar Direito, os quais sempre acreditaram em mim, me incentivando e abraçando, com todo o amor do mundo, as minhas ideias. Agradeço pela base sólida de educação, carinho, respeito e pelo afeto incondicional. Sem vocês, eu nada seria. Minha eterna gratidão!

À minha querida avó Nair, um dos pilares para eu ser quem sou hoje. Que, desde minhas primeiras leituras, demonstra e enfatiza o orgulho que sente por mim. Obrigada por todas as orações e pelos valores que me ensinou e continua ensinando.

A todos os meus familiares que me apoiaram e incentivaram em todos os momentos.

Ao Gabriel, obrigada por tornar minha vida ainda mais doce. Sem dúvidas, o seu apoio é essencial.

Aos meus colegas e amigos do Curso de Direito, pessoas que tive prazer de conhecer e me aproximar. Obrigada pelas experiências trocadas ao longo desses anos, assim como pelo apoio no decorrer do caminho.

À 7ª Delegacia Regional de Polícia, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao Ministério Público de Santa Catarina, por contribuírem com meu desenvolvimento profissional. Assim como a todos os meus colegas de trabalho com quem convivi durante os anos de estágio, os quais, com paciência e atenção, compartilharam seus conhecimentos, me proporcionando um aprendizado ainda maior.

Ao Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, ao Curso de Direito e aos professores da instituição, com quem tive a honra de adquirir inúmeros conhecimentos e experiências. Dedico um agradecimento especial à minha orientadora Franciane Hasse, pela maestria, paciência e ajuda, que tornaram possível a execução da presente monografia.

A todos aqueles que contribuíram de alguma maneira para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

O presente Trabalho de Curso busca analisar a (in)existência de regulamentação acerca da Herança Digital no Brasil, tendo como ramo de estudo o Direito Sucessório e o Direito Digital. Com o advento e a globalização da Internet – ponto marcante para a entrada na Era da Sociedade da Informação –, as pessoas passaram a construir um amplo acervo de bens no ambiente virtual, por meio de armazenamento de fotografias/vídeos e músicas, criação e manutenção de redes sociais, publicação de livros e diversas outras maneiras possíveis nesse “novo mundo”. Ante a esse cenário, com o conjunto de bens virtuais pertencentes aos usuários da Internet, chega-se a um tema ainda não regulamentado expressamente no ordenamento jurídico brasileiro: a transmissão do acervo digital após o falecimento do usuário. Assim, como forma de constatar como ocorre, atualmente, a sucessão dos bens constituídos no ambiente virtual, o presente Trabalho de Curso dedicar-se-á ao estudo de Leis já vigentes – observando a utilização da analogia –, bem como de Projetos de Lei que visam a inclusão, de maneira expressa, de disposições sobre a Herança Digital no sistema normativo do Brasil. Para melhor compreensão do tema central, o primeiro capítulo destinar-se-á à conceituação do Direito Sucessório, apresentando suas modalidades e institutos. O segundo capítulo abordará a Era da Sociedade da Informação, visando demonstrar como a utilização da Internet gerou a necessidade de tratar-se sobre o Legado Digital. E, por sua vez, o terceiro capítulo analisará o Código Civil, Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, apontando Projetos de Lei relacionados às referidas legislações, almejando visualizar a possibilidade de regulamentação da transmissão de bens digitais do *de cuius* e a sua ocorrência por meio do testamento digital. Na sequência, se apresentará as considerações finais, destacando os pontos mais importantes, assim como demonstrando de que forma ocorre ou poderá ocorrer a regulamentação deste tema. O método de abordagem utilizado será o indutivo, o método de procedimento o monográfico e a pesquisa será realizada pela técnica bibliográfica.

Palavras-chave: Direito Sucessório. Era da Informação. Herança Digital. Regulamentação.

ABSTRACT

The present Coursework quests to analyze the (non)existence of regulation about the Digital Heritage in Brazil, having as branch of study Succession Law and Digital Law. With the advent and the internet globalization – outstanding point to the entrance in the Information Society Era – the people began to build a huge collection of goods on the virtual environment, by way of pictures, videos and music storage, creation and support on social medias, books advertisement and many other possible ways in this “new world”. All things considered, with the aggregation of the virtual goods belonging to the internet users, it gets to an yet unregulated topic expressly on the Brazilian judicial ordering: the transmission of the digital collection after the users' death. So, as a way to evidence what happens, nowadays, the succession of the goods constituted on the virtual environment, the present Course Work will be dedicated to the study of current Laws – watching the use of the analogy –, as well as Law Projects that aim at insertion, expressly, of provisions on the Digital Heritage in the Brazilian normative system. In order to a better comprehension of the main theme, the first chapter will focus on the conceptualization of Succession Law, showing its modalities and institutes. The second chapter will approach the Information Society Era, aiming to demonstrate how the use of the internet generated the need to deal with the Digital Legacy. And, for its part, the third chapter is going to analyze the Civil Code, Internet Civil Landmark and the General Data Protection Law, pointing Law Projects related to those legislations, craving to visualize the possibility of regulating the transmission of digital goods from *de cuius* and its occurrence through the digital testament. In the sequence, the final considerations will be presented, highlighting the most important points, as well as demonstrating how the regulation of this theme occurs or may occur. The approach method used will be the inductive, the preceding method will be the monographic and the survey will be performed by the bibliographic technique.

Key words: Succession Law. Information Era. Digital Heritage. Regulation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DIREITO SUCESSÓRIO	14
2.1 CONCEITUAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO	14
2.2 INSTITUTO DA HERANÇA	17
2.3 MODALIDADES DE SUCESSÃO	20
2.3.1 Sucessão Legítima	21
2.3.2 Sucessão Testamentária	24
2.4 INVENTÁRIO	27
2.4.1 Inventário pelo Rito de Arrolamento Sumário	31
2.4.2 Inventário pelo Rito de Arrolamento Comum	33
2.4.3 Inventário Extrajudicial	35
3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E UMA NOVA FORMA DE LEGADO	37
3.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	37
3.2 A ERA DO DIREITO DIGITAL	41
3.3 HERANÇA DIGITAL	43
3.3.1 BENS DIGITAIS E O ACERVO PATRIMONIAL	46
3.3.1.1 Bens Insuscetíveis de Valoração Econômica – Bens Existenciais	50
3.3.1.2 Bens Suscetíveis de Valoração Econômica – Bens Patrimoniais	52
4 REGULAMENTAÇÃO DO LEGADO DIGITAL NO BRASIL	55
4.1 LEI 10.406/2002	55
4.1.1 PROJETOS DE LEI N. 4.099/2012, 6.468/2019 E 3.050/2020	56
4.1.2 Projetos de Lei n. 4.847/2012 e 8.562/2017	62
4.2 MARCO CIVIL DA INTERNET E O PROJETO DE LEI N. 7.742/2017	65
4.3 PROJETO DE LEI N. 1.144/2021	70
4.4 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	73
4.5 TESTAMENTO DE BENS DIGITAIS	75

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....80

REFERÊNCIAS.....83

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é analisar a (in)existência de regulamentação, no Brasil, acerca da transmissão do acervo digital deixado pelo de *cujus*.

O seu objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho de curso é investigar a (in)existência de fundamentação legal/legislações vigentes que visem amparar a transmissão da herança digital deixada pelo *de cuius*, visualizando Projetos de Lei que tratam sobre o tema e como ocorre, atualmente, o legado dos bens digitais.

Os objetivos específicos são: a) estudar sobre o que é o direito sucessório, tratando de suas modalidades e institutos; b) abordar a Era da Sociedade da Informação, descrevendo como a utilização da Internet gerou a necessidade de tratar sobre o Legado Digital; c) analisar legislações vigentes e Projetos de Lei que tratam acerca da Herança Digital, a fim de visualizar a existência de normatização expressa sobre o tema.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: existe fundamentação legal/legislação expressa no Brasil para amparar a transmissão da herança digital deixada pelo de *cujus*?

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese: supõe-se que, no Brasil inexistente regulamentação expressa acerca da transmissão de bens digitais do *de cuius* aos seus herdeiros, mas que já é visível uma possível normatização do tema, tendo em vista Projetos de Lei em andamento.

O Método de abordagem a ser utilizado na elaboração deste trabalho de curso será o indutivo; o Método de procedimento será o monográfico. O levantamento de dados será por meio da técnica da pesquisa bibliográfica.

Trata-se de trabalho que busca analisar a (in)existência de regulamentação específica acerca da Herança Digital no Brasil ou a possibilidade dela, observando como ocorre, atualmente, a transmissão do acervo patrimonial do *de cuius*. A evolução da sociedade, a qual se encontra na Era da Informação, onde, por meio da ampla utilização da Internet, os indivíduos passaram a construir uma grande gama de bens no ambiente eletrônico, constituindo o acervo virtual – de bens patrimoniais ou

existenciais –, demonstra a relevância jurídica e social deste estudo, já que o Direito e as normas de cada país, devem acompanhar o processo evolutivo social, a fim de trazer segurança jurídica ao seu povo, amparando as necessidades de cada tempo, que, no presente trabalho, verifica-se pela possibilidade de transferir os bens virtuais do usuário após o seu falecimento.

Inicia-se, no primeiro capítulo, com o estudo acerca do direito sucessório. Para tanto, realizar-se-á a conceituação sobre o direito de sucessão e verificada a fundamentação legal do mesmo dentro da legislação brasileira. Após, abordar-se-á o instituto da herança, trazendo pontuações sobre o direito de herdar, observando artigos de lei que disciplinam acerca dele. As modalidades do direito sucessório – sucessão legítima e sucessão testamentária – e seus respectivos requisitos serão elencados e explicados. Ao final do capítulo, tratar-se-á o procedimento de inventário, explicando disposições relacionadas ao seu rito comum, além de apresentar os demais ritos com suas particularidades, quais sejam: rito do arrolamento sumário, rito do arrolamento comum, bem como o inventário extrajudicial.

No capítulo seguinte, abordar-se-á como a evolução social com a globalização de meios digitais, trouxe a necessidade de falar-se em “herança de bens virtuais”. Com esse objetivo, inicialmente, analisar-se-á a importância de, nos tempos atuais, manter-se presente no ciberespaço, apresentado a conceituação e apontamentos acerca da Sociedade da Informação. Na sequência, buscar-se-á entender como o direito acompanhou a referida evolução, dedicando-se, para tanto, ao estudo do Direito Digital. A herança digital também será tratada neste capítulo, buscando-se entender quais bens podem constitui-la, assim, serão abordados os tipos de bens existentes no ambiente virtual: os insuscetíveis de valoração econômica e os suscetíveis de valoração econômica, apontando para qual deles pode compor o acervo patrimonial de cada pessoa.

O último capítulo destina-se ao estudo do Código Civil, Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, verificando-se a existência de regulamentação expressa sobre a transmissão do acervo digital do *de cuius* nas respectivas legislações. Ainda, como enfoque principal, serão estudados os Projetos de Lei n. 4.099/2012, 4.847/2012, 7.742/2017, 8.562/2017, 6.468/2019, 3.050/2020 e 1.144/2021, os quais tratam da Herança Digital, buscando-se entender suas pretensões e como estão os andamentos. No fim, com a intenção de observar como

ocorre, na prática, a transmissão do referido acervo, discorrer-se-á acerca do testamento de bens digitais.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizadas sobre o estudo da regulamentação, ou possibilidade desta, acerca da transmissão do acervo digital deixado pelo *de cuius*.

2 DIREITO SUCESSÓRIO

2.1 CONCEITUAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO

Inicialmente, e para a melhor compreensão do tema tratado no presente trabalho, é necessário realizar uma contextualização sobre o Direito Sucessório. Neste primeiro capítulo, será abordada a conceituação de sucessão, verificando onde está disciplinada a matéria objeto de estudo dentro da Legislação Civil, bem como elencando suas modalidades e institutos inerentes a tal direito.

Conceitua-se o direito sucessório como a matéria do direito civil que disciplina a transferência do patrimônio, direitos e obrigações de pessoa falecida à determinados sucessores, chamados de seus herdeiros¹, sejam eles legítimos e/ou legatários.

Nas palavras de Maria Helena Diniz, tal direito “consiste, portanto, no complexo de disposições jurídicas que regem a transmissão de bens ou valores e dívidas do falecido, ou seja, a transmissão do ativo e do passivo do *de cuius* ao herdeiro”.²

No mesmo sentido, ensinam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

Compreende-se por Direito das Sucessões o conjunto de normas que disciplina a transferência patrimonial de uma pessoa, em função de sua morte. É justamente a modificação de titularidade de bens que é o objeto de investigação deste especial ramo do Direito Civil.³

Conforme Fábio Ulhoa Coelho:

O direito das sucessões disciplina a destinação do patrimônio da pessoa física após sua morte. Melhor dizendo, contempla as normas que norteiam a superação de conflitos de interesses envolvendo a destinação do patrimônio de pessoa falecida. Sua matéria, portanto, é a transmissão *causa mortis*.⁴

Tem-se, então, que o direito sucessório estuda o que ocorre com os direitos de um indivíduo logo após o seu falecimento, cuidando da transmissão de tais direitos para outros indivíduos que possuem as características necessárias para adquirirem o

¹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 13.

² DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 33. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 17.

³ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 36.

⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 245.

ativo e o passivo deixado pelo falecido⁵, tendo como objeto a transferência do patrimônio *causa mortis*, seja de maneira legítima ou de forma testamentária.⁶

Na visão de Paulo Nader:

O Direito das Sucessões regula apenas a substituição de titularidades em decorrência do fenômeno morte. Em sentido estrito, *sucessão* significa apenas a transmissão *mortis causa*. Isoladamente empregado, o vocábulo apresenta esta acepção. Sob o aspecto subjetivo, sucessão é a universalidade de bens (*universitas rerum*) a que os herdeiros fazem jus; objetivamente considerado, o vocábulo é referência ao patrimônio deixado pelo *de cuius*.⁷

Ante as conceituações supracitadas, o Direito de Sucessão “É a própria manifestação da autonomia privada do indivíduo, direcionada ao âmbito das relações jurídicas constituídas ou derivadas do seu falecimento”.⁸

Com a devida conceituação, passa-se a verificar a fundamentação legal de tal direito no Brasil, que atualmente é regulamentado no último livro da Legislação Civil, sendo garantido o direito de herdar pela Constituição Federal em seu art. 5º, inc. XXX⁹. Observa-se que a Magna Carta não se refere diretamente à sucessão, mas sim ao direito de herança, resguardando os direitos dos herdeiros do *de cuius*.¹⁰

Conforme supracitado, o direito sucessório é constante ao último livro do Código Civil, sobre essa ordem, informa Paulo Nader:

A disciplina da transmissão de patrimônio causa mortis integra o Livro V do Código Civil – vindo em último lugar na sequência dos Livros. Tal ordem é precisa, pois a compreensão do Direito das Sucessões pressupõe o conhecimento dos demais sub-ramos do *Jus Civile*. Como a sucessão se opera precipuamente no âmbito familiar e se refere a relações jurídicas que têm por objeto, em especial, os direitos obrigacionais e os reais, a ordem codificada se justifica plenamente, servindo de orientação, inclusive, ao ensino nas universidades.¹¹

⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 19.

⁶ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 28.

⁷ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 22.

⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 39.

⁹ WALD, Arnoldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 1.

¹⁰ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 38.

¹¹ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 22.

Como explicam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho: “O vigente Código Civil abre seu último Livro da Parte Especial, inteiramente dedicado ao “Direito das Sucessões” (arts. 1.784 a 2.027 do CC/2002)”.¹²

Acerca da disposição do Livro V do Código Civil, informam Sebastião de Amorim e Euclides de Oliveira da seguinte maneira: “Título I – “Da Sucessão em Geral” (arts. 1.784 a 1.828), Título II – “Da Sucessão Legítima” (arts. 1.829 a 1.856), Título III – “Da Sucessão Testamentária” (arts. 1.857 a 1.990), Título IV – “Do Inventário e da Partilha” (arts. 1.991 a 2.027)”.¹³

Em relação ao constante no Título I, ensina Carlos Roberto Gonçalves:

O Título I abrange normas concernentes à administração da herança, à sua aceitação e renúncia, à vocação hereditária e aos legitimados a suceder, à herança jacente, à petição de herança, bem como aos excluídos da sucessão por indignidade. Tais normas aplicam-se quer à sucessão decorrente da lei, quer à derivada de testamento.¹⁴

Quanto ao Título II, o autor continua explicando que este “[...] trata da sucessão legítima, ou seja, da que se opera por força da lei em favor das pessoas constantes da ordem de vocação hereditária, quer por direito próprio, quer por direito de representação”¹⁵. Sendo que, ao Título III, constam as normas sobre a sucessão testamentária¹⁶, que é baseada na vontade do testador, ligada diretamente com o testamento.¹⁷

Por sua vez, o Título IV traz normas de regulamentação ao inventário e à partilha, além de disciplinar sobre o patrimônio sonegado, não apresentado no inventário.¹⁸

Deve-se, ainda, destacar a presença do direito sucessório dentro da Legislação Processualística Civil, como ensinam Sebastião Amorim e Euclides de Oliveira: “[...] dispõe o Código de Processo Civil, em capítulos próprios que tratam do inventário, da

¹² GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 77.

¹³ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 29.

¹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 29.

¹⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 30.

¹⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 30.

¹⁷ WALD, Arnoldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 20.

¹⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 31.

partilha e do arrolamento ([...] arts. 735 a 737)”¹⁹, sendo que estes formalizam a transmissão sucessória.

Conceituado o direito sucessório e verificada sua fundamentação na legislação brasileira, passa-se à análise do instituto da Herança, inerente a tal direito, e, após, ao estudo de suas modalidades, com o apontamento específico das normas ligadas aos tópicos abaixo elencados.

2.2 INSTITUTO DA HERANÇA

O instituto da herança pode ser conceituado como o conjunto de bens e obrigações do *de cuius* que é transmitido aos seus herdeiros e legatários – chamados de sucessores –, elencados em lei e/ou por disposição de última vontade do falecido. Ocorrendo a referida transferência de patrimônio em decorrência da sucessão *mortis causa*.²⁰

Nas palavras de Maria Helena Diniz:

O objeto da sucessão causa mortis é a herança, dado que, com a abertura da sucessão, ocorre a mutação subjetiva do patrimônio do de cuius, que se transmite aos seus herdeiros, os quais se sub-rogam nas relações jurídicas do defunto, tanto no ativo como no passivo até os limites da herança.²¹

Explicam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald: “Esse conjunto de relações jurídicas patrimoniais que eram titularizadas pelo falecido e que se transmite aos seus sucessores é o que se denomina herança – e que serve de objeto para o Direito das Sucessões”.²²

No mesmo sentido, Euclides de Oliveira e Sebastião Amorim:

Aos bens que se transferem ao sucessor em virtude da morte de alguém, dá-se o nome de herança, isto é, patrimônio que se herda, acervo hereditário ou, no aspecto formal e de representação, espólio. A transmissão da herança preserva a continuidade do próprio ente familiar, sendo elencada entre os

¹⁹ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 29.

²⁰ WALD, Arnaldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 7/8.

²¹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 33. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 52.

²² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil, v. 7: Sucessões**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 43.

direitos e garantias individuais, conforme o artigo 5º, inciso XXX, da Constituição Federal de 1988.²³

Segundo Sílvio de Salvo Venosa, a herança: “Deve ser vista como o patrimônio do *de cuius*. Definimos o patrimônio como o conjunto de direitos reais e obrigacionais, ativos e passivos, pertencentes a uma pessoa. Portanto, a herança é o patrimônio da pessoa falecida”.²⁴

Ensinam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho que: “Em conceituação simples e precisa, a herança nada mais é do que o patrimônio deixado pelo falecido”²⁵. E, da mesma forma Fábio Ulhoa Coelho: “Os bens do patrimônio de pessoa falecida compõem a herança. Ela é titulada pelos herdeiros legítimos e testamentários, tão logo aberta a sucessão”.²⁶

Em relação a transmissão da herança, dispõe a Legislação Civil em seu art. 1.784 que: “Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários”²⁷. Ou seja, “no instante imediato ao da morte, a herança passa a pertencer aos herdeiros”.²⁸

Da norma acima exposta, verifica-se que a transmissão dos bens e obrigações do falecido ocorre de forma imediata. Desta maneira explica Paulo Lôbo:

Adquire-se a herança, automaticamente, com a abertura da sucessão. O direito brasileiro difere de outros sistemas jurídicos porque admite a transmissão automática, sem necessidade de consentimento ou aceitação dos herdeiros beneficiados ou decisão de qualquer natureza. Ainda que o herdeiro não tenha conhecimento da abertura da sucessão, a transmissão dá-se a seu favor, desde o preciso momento da morte do autor da herança. A transmissão é por força de lei. O que uma pessoa herdou e ainda não sabe, ou não aceitou, já ingressou em seu patrimônio, conquanto não definitivamente.²⁹

²³ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 29.

²⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 583.

²⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 43.

²⁶ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 261.

²⁷ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 28 mar. 2021. Art. 1.784.

²⁸ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 261.

²⁹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 45.

Tal imediatismo ocorre devido a aplicação do princípio da *saisine*, conforme ensina Moisés Fagundes Lara: “Pelo princípio da Saisine os bens deixados pelo morto são transmitidos imediatamente aos seus sucessores, inicialmente independe de aceite, se diz que o próprio defunto transmitiu ao sucessor o domínio e a posse da herança”.³⁰

De acordo com Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

Falecendo o autor da herança, forma-se, em abstrato, uma massa patrimonial cuja titularidade, do ponto de vista ideal, por força do Princípio da Saisine, passa aos herdeiros, ainda que não se conheça quem eles sejam (e nem mesmo eles saibam que são os sucessores).³¹

O princípio da *saisine*, nas palavras de Paulo Lôbo, consiste em um: “[...] mecanismo jurídico de investidura automática e legal na titularidade da herança, dos que o ordenamento considera sucessores, na ordem estabelecida”.³²

Além do mais, ao art. 1.791 do Código Civil, consta que: “A herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros [...]”³³.

Informa Carlos Roberto Gonçalves que o art. 1.791, da Legislação Civil, reafirma ideias que são fundamentais do direito de sucessão, quais sejam “a) a da devolução unitária da herança aos herdeiros; e b) a noção de indivisibilidade do monte hereditário, no momento da abertura da sucessão, até a partilha final”.³⁴

Ainda sobre o art. 1.791, acerca do caráter indivisível da herança, ensina Flávio Tartuce:

Além de sua imobilidade, a herança é um bem indivisível antes da partilha. Nos termos do art. 1.791 do Código Civil, a herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros. Pelo mesmo comando legal, até a partilha, o direito dos coerdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio.³⁵

³⁰ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 56.

³¹ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 85/86.

³² LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 48.

³³ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 28 mar. 2021. Art. 1.791.

³⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 50.

³⁵ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil, v. único**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020. p. 2.179.

Portanto, a herança – a qual consiste no patrimônio do falecido transmitido aos seus herdeiros e legatários, ou seja, aos seus sucessores –, possui caráter de imediatismo e de indivisibilidade, condições disciplinadas pelo Código Civil e advindas do princípio da *saisine*, sendo objeto do Direito Sucessório, consoante com os ensinamentos colacionados.

2.3 MODALIDADES DE SUCESSÃO

Como visto, o Direito Sucessório é aquele que disciplina a transmissão do patrimônio do falecido aos seus herdeiros, estando as disposições jurídicas presentes no Código Civil, do art. 1.784 ao 2.027³⁶. Entre essas normas, destaca-se o art. 1.786 da referida legislação, o qual determina: “A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade”.³⁷

Portanto, no ordenamento jurídico brasileiro, existem duas modalidades de sucessões. A primeira delas é chamada de sucessão legítima ou “*ab intestato*” e decorre de normas legais estabelecidas. Já a segunda modalidade é a sucessão testamentária, a qual ocorre de acordo com a vontade do falecido, expressa em testamento ou codicilo.³⁸

Logo, tem-se que: “[...] a preferência pela sucessão legal não anula inteiramente a possibilidade da sucessão testamentária: uma e outra coexistem”.³⁹

Sobre ambas as modalidades, cabe destacar o art. 1.788 da Legislação Civil:

Morando a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.⁴⁰

³⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 77.

³⁷ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 26 mar. 2021. Art. 1.786.

³⁸ WALD, Arnoldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 16.

³⁹ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado, v. 6: Direito das Sucessões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 38.

⁴⁰ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 26 mar. 2021. Art. 1.788.

Da observância de tal norma, avista-se que a sucessão de modalidade testamentária deve ser primeiramente analisada, conforme ensina Flávio Tartuce: “[...] quanto ao art. 1.788 do CC/2002, o que se percebe é que a ordem de raciocínio jurídico a ser seguida na sucessão é de primeiro investigar a existência de disposição de última vontade que seja válida e eficaz”⁴¹, para, após verificada a vontade do falecido, ou na ausência de testamento, viger o disposto em lei.⁴²

Acerca disso, discorre Sílvio de Salvo Venosa:

Quando houver testamento, atende-se, no que couber, segundo as regras hereditárias, a vontade do testador. Quando não houver testamento ou no que sobejar dele, segue-se a ordem de vocação hereditária legítima, isto é, estabelecida na lei. [...] A vocação legítima prevalece quando não houver ou não puder ser cumprido o testamento.⁴³

Verificada a existência das modalidades de sucessão existentes no ordenamento jurídico brasileiro, sendo estas a sucessão legítima e a testamentária, na sequência, discorrer-se-á de maneira mais aprofundada sobre cada uma destas.

2.3.1 Sucessão Legítima

Constante na primeira parte dos artigos 1.786 e 1.788 e disciplinada aos artigos 1.829 a 1.856, todos do Código Civil, a sucessão legítima ou “*ab intestato*” ocorre na ausência de testamento, onde a transmissão dos patrimônios deixados pelo *de cujus*, dar-se-á com observância ao disposto na lei, seguindo a vocação hereditária determinada na norma.⁴⁴

Nas palavras de Eduardo de Oliveira Leite a sucessão legítima é:

[...] Resultante da lei. Ocorre sempre que o autor da herança morre sem deixar disposição de última vontade; diz-se sucessão *ab intestato* (art. 1.788). A sucessão legítima prevalece em todos os casos e sobre todos os bens, quando não há testamento. Nesse sentido é que se diz que ela é residual.⁴⁵

⁴¹ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v. 6:** Direito das Sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 33.

⁴² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7:** Direito das Sucessões. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 43.

⁴³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, v. 5:** Família e Sucessões. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 586.

⁴⁴ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital.** 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 61.

⁴⁵ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado, v. 6:** Direito das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 37/38.

Sobre esta modalidade, ensina Carlos Roberto Gonçalves:

Morrendo, portanto, a pessoa *ab intestato*, transmite-se a herança a seus herdeiros legítimos, expressamente indicados na lei (CC, art. 1.829), de acordo com uma ordem preferencial, denominada ordem da vocação hereditária. Costuma-se dizer, por isso, que a sucessão legítima representa a vontade presumida do *de cujus* de transmitir o seu patrimônio para as pessoas indicadas na lei, pois teria deixado testamento se outra fosse a intenção.⁴⁶

Diz-se “presunção de vontade” pois, “[...] a vocação sucessória legítima é aquela que o *de cujus*, se tivesse de partilhar os seus bens, escolheria presumidamente”.⁴⁷

A vocação hereditária da sucessão legítima é disciplinada ao art. 1.829 do Código Civil, o qual elenca os herdeiros legítimos do falecido⁴⁸, adotando como preferência os descendentes, ascendentes, cônjuge e colaterais até o quarto grau. Nos seguintes termos:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:
I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
III - ao cônjuge sobrevivente;
IV - aos colaterais.⁴⁹

Infere-se, então, que “Pela ordem de preferência indicada no diploma civil, os descendentes serão os primeiros a serem convocados para o recebimento da herança, sendo que dentro de uma mesma classe de parentes o grau mais próximo exclui o mais remoto”.⁵⁰

Ainda, na sucessão legítima deve-se verificar a existência de herdeiros necessários, os quais estão elencados ao art. 1.845 do Código Civil: “São herdeiros

⁴⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 42.

⁴⁷ WALD, Arnoldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 18.

⁴⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 33. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 28.

⁴⁹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 26 mar. 2021. Art. 1.829.

⁵⁰ MENIN, Márcia Maria. **Da Sucessão Legítima**. Disponível em: http://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2014/11/artigo_marcia_maria_menin.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020. p. 3.

necessários os descendentes, ascendentes e o cônjuge”⁵¹. Pois, na existência destes, disciplina o art. 1.846, da mesma legislação, que: “Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima”⁵². Tratando-se, portanto, da reserva da legítima⁵³, devendo ser respeitado o constante ao art. 1.848 da Norma Civil:

Art. 1.848. Salvo se houver justa causa, declarada no testamento, não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima.

§ 1º Não é permitido ao testador estabelecer a conversão dos bens da legítima em outros de espécie diversa.

§ 2º Mediante autorização judicial e havendo justa causa, podem ser alienados os bens gravados, convertendo-se o produto em outros bens, que ficarão sub-rogados nos ônus dos primeiros.⁵⁴

Sobre os herdeiros necessários e a devida reserva da legítima, ensina Carlos Roberto Gonçalves:

Herdeiro necessário é o parente e o cônjuge com direito a uma quota-parte da herança, da qual não pode ser privado. No atual Código ostentam tal título os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. A parte que lhes é reservada pela lei e que constitui a metade dos bens do falecido chama-se legítima. A existência de tais herdeiros impede a disposição, por ato de última vontade, dos bens constitutivos da legítima ou reserva.⁵⁵

Ademais, salienta-se que, havendo caducidade do testamento ou sendo o testamento considerado nulo, a sucessão será realizada pelas disposições da legítima, como continua explicando o autor:

Será, ainda, legítima a sucessão se o testamento *caducar* ou for julgado *nulo*, como consta da parte final do retro transcrito art. 1.788. O testamento originariamente válido pode vir a caducar, isto é, a tornar-se ineficaz por causa ulterior, como a falta do beneficiário nomeado pelo testador ou dos

⁵¹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 27 mar. 2021. Art. 1.845.

⁵² BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 27 mar. 2021. Art. 1.846.

⁵³ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 78.

⁵⁴ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 27 mar. 2021. Art. 1.848.

⁵⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 159.

bens deixados. Acrescente-se a essas hipóteses a revogação do testamento.⁵⁶

Portanto, no ordenamento jurídico brasileiro tem-se, de forma predominante, a sucessão legítima – caracterizada pelo elemento familiar, com grande observância ao grau de parentesco –, a qual vigora como regra no direito sucessório, sendo que, ante a esta modalidade, instituiu-se a modalidade testamentária⁵⁷, a qual será analisada a seguir.

2.3.2 Sucessão Testamentária

Expressa na segunda parte do art. 1.786 do Código Civil e disciplinada entre os artigos 1.857 a 1.990 do mesmo Código, a sucessão testamentária é a advinda da disposição de última vontade do falecido, constante em testamento válido.⁵⁸

Ensina Carlos Roberto Gonçalves que:

A sucessão testamentária decorre de expressa manifestação de última vontade, em testamento ou codicilo. A vontade do falecido, a quem a lei assegura a liberdade de testar, limitada apenas pelos direitos dos herdeiros necessários, constitui, nesse caso, a causa necessária e suficiente da sucessão. Tal espécie permite a instituição de herdeiros e legatários, que são, respectivamente, sucessores a título universal e particular.⁵⁹

De acordo com Sebastião Amorim e Euclides de Oliveira, a sucessão testamentária: “[...] se dá pela disposição de vontade do testador, mediante instrumento próprio, que seria o testamento ou codicilo, pelas formas rigidamente dispostas nos artigos 1.862 a 1.896 do mesmo Código”.⁶⁰

Verifica-se, então, que o testamento/codicilo é a maneira de expressão da referida vontade, como disciplina o Código Civil em seu art. 1.857: “Toda pessoa

⁵⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 43.

⁵⁷ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 33. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 29.

⁵⁸ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 586.

⁵⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 230.

⁶⁰ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 196.

capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte”⁶¹. Assim ensina Flávio Tartuce:

O testamento representa, em sede de Direito das Sucessões, a principal forma de expressão e exercício da autonomia privada, como típico instituto mortis causa. Além de constituir o cerne da modalidade sucessão testamentária, por ato de última vontade, o testamento também é a via adequada para outras manifestações de liberdade pessoal.⁶²

Assim sendo, necessária se faz a explicação acerca do que é e no que consiste o testamento, já que, por meio deste é que ocorre a modalidade de sucessão testamentária. Nos termos do art. 1.858 do Código Civil “O testamento é ato personalíssimo, podendo ser mudado a qualquer tempo”.⁶³

Objetivando a explicação do supracitado artigo de lei, explana Moisés de Lara Fagundes:

O testamento se caracteriza por ser um ato personalíssimo, privativo do autor da herança, constitui negócio jurídico unilateral. É um ato causa mortis (produz efeitos somente após a morte do testador), solene, gratuito e pode ser revogado a qualquer tempo.⁶⁴

Pode-se conceituar “testamento” como o negócio jurídico personalíssimo e revogável pelo qual determinado indivíduo, em conformidade com o disciplinado em lei, dispõe da totalidade de seu patrimônio ou parcialmente deste, para após de seu falecimento, ou fazendo demais declarações de sua vontade.⁶⁵

Dessa maneira ensinam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

Um testamento, portanto, nada mais é do que um negócio jurídico, pelo qual alguém, unilateralmente, declara sua vontade, segundo pressupostos de existência, validade e eficácia, com o propósito de dispor, no todo ou em parte, dos seus bens, bem como determinar diligências de caráter não patrimonial, para depois da sua morte.⁶⁶

⁶¹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 27 mar. 2021. Art. 1.857.

⁶² TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil, v. único**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020. p. 2.289.

⁶³ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 27 mar. 2021. Art. 1.858.

⁶⁴ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 64.

⁶⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 232/233.

⁶⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 266.

Infere-se da norma Civil que, além do testamento, a sucessão testamentária também pode ocorrer por meio de codicilo, o qual, conforme explicação de Sebastião Amorim e Euclides de Oliveira, significa “disposição de pequeno porte, sem a classificação legal como espécie de testamento, por não ter a mesma abrangência de conteúdo e ser de produção mais simples”.⁶⁷

Sobre a abrangência dos codicilos, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro informa: “Os codicilos são instrumentos para legar móveis, roupas e joias de reduzido valor, de uso pessoal, disposições sobre o enterro ou fazer pequenas doações a pessoas certas e determinadas”.⁶⁸

Moisés Fagundes de Lara também trata da conceituação de codicilo:

[...] Codicilo não é testamento, trata-se de um ato de última vontade feito de forma simplificada (um escrito particular) em que a lei não exige tanta solenidade, pois o objeto do codicilo é considerado de menor importância, onde o testador distribui pequenos bens de pouca monta, dá orientações sobre seu próprio funeral, etc.⁶⁹

Nesta modalidade de sucessão, tem-se a necessidade de observar as restrições à liberdade de testar, explanadas no tópico anterior, resguardando a legítima dos herdeiros necessários, mostrando que a sucessão testamentária não é totalmente livre. No caso de ausência de herdeiros necessários ou havendo exclusão destes por indignidade deserção ou renúncia, “subsiste a disposição testamentária na sua inteireza, ante sua prevalência em relação à sucessão legítima”.⁷⁰

Nesse sentido, cita-se Maria Helena Diniz:

Os herdeiros legítimos facultativos, ou não necessários, como os colaterais até 4ª grau, podem, portanto, ser afastados da sucessão se o de cujus assim deliberar, ao dispor da totalidade de seus bens em favor de terceiros, não precisando para tanto alegar qualquer justificação.⁷¹

⁶⁷ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 223.

⁶⁸ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Inventário e Partilha: Judicial e Extrajudicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 27.

⁶⁹ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 74.

⁷⁰ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 197.

⁷¹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 33. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 210.

Ainda, informa-se que ambas as modalidades de sucessão podem coexistir, como ensina Paulo Lôbo:

Quando o falecido deixa herdeiros necessários (parentes em linha reta, cônjuge ou companheiro), a sucessão testamentária não abrange a totalidade dos bens deixados, mas apenas metade, denominada parte disponível. Nessa hipótese, ocorre a concorrência da sucessão legítima com a sucessão testamentária.⁷²

E, Carlos Roberto Gonçalves: “A sucessão poderá ser, também, simultaneamente legítima e testamentária quando o testamento não compreender todos os bens do de cujus, pois os não incluídos passarão a seus herdeiros legítimos”.⁷³

Por todos os aspectos observados, conclui-se que no ordenamento jurídico brasileiro tem-se a existência de duas modalidades de sucessão: a sucessão legítima como regra, sendo a modalidade mais comum, com a observância somente do disposto em lei, e; a sucessão testamentária que também é amplamente regulamentada na Legislação Civil, fazendo valer a última disposição de vontade do *de cujus*.

2.4 INVENTÁRIO

O inventário, no âmbito do direito sucessório – com previsão constante ao artigo 1.991 do Código Civil –, consiste na relação dos bens e obrigações deixados pelo *de cujus*, com a declaração pormenorizada de todo o patrimônio que constitui o acervo do autor da herança. E, na visão processualística – regulamentado aos artigos 610 a 673 do Código de Processo Civil –, compõe-se de uma sequência ordenada de atos, visando proceder-se a partilha.⁷⁴

⁷² LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 38.

⁷³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 43.

⁷⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 426.

Para Paulo Cezar Pinheiro, inventário: “É, pois, etapa fundamental do procedimento que visa à decisão final de partilha dos bens do *de cujus*”⁷⁵. Nesse sentido ensina Paulo Lôbo:

O inventário é o procedimento pelo qual os bens, direitos e dívidas deixados pelo de cujus são levantados, conferidos e avaliados de modo a que possam ser partilhados pelos sucessores, sejam eles herdeiros legítimos, herdeiros testamentários e legatários. A finalidade do inventário é permitir que a partilha seja feita, de acordo com as normas legais vigentes, individualizando o que a cada um deva caber.⁷⁶

Na conceituação de Moisés Fagundes Lara:

O inventário é um processo judicial de caráter contencioso que deve ser instaurado no último domicílio do autor da herança (Art. 48 e 49, do NCPC), é nada mais que o levantamento e descrição completa de todos os bens e obrigações deixadas pelo falecido, nele devem estar relacionados todos os bens e direitos que possuam conteúdo patrimonial e que pertenciam ao autor da herança.⁷⁷

A regulamentação atinente ao inventário é constante na Legislação Processualística Civil, dispondo o art. 610, *caput*: “Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial”⁷⁸. Ou seja, observada a letra da Lei, no caso de sucessão testamentária ou constando herdeiro incapaz na partilha, o inventário deve ser, obrigatoriamente, procedido judicialmente.⁷⁹

Porém, salienta-se que, de acordo com o Informativo 633, de 2020, do Superior Tribunal de Justiça, “É possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado”.⁸⁰

Já, o parágrafo primeiro do artigo 610, informa a possibilidade da extrajudicialidade do ato, veja-se: “Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil

⁷⁵ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Inventário e Partilha**: Judicial e Extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 37.

⁷⁶ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 280.

⁷⁷ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 80.

⁷⁸ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. Art. 610.

⁷⁹ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 85.

⁸⁰ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **N. 663**: Informativo de Jurisprudência de 2020. In: Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/Informjuris20/article/view/3824/4053>. Acesso em: 29 mar. 2021. p. 16.

para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras”.⁸¹

No inventário judicial deverá ser seguida a competência determinada ao art. 48⁸² da Legislação Processualística Civil, sendo que o foro competente será o do último domicílio do *de cujus*.⁸³

Acerca do prazo de abertura do inventário judicial, disciplina o art. 611, do Código de Processo Civil:

Art. 611. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.⁸⁴

Assim, respeitada a competência do juízo e o prazo supracitado, conforme ensina Carlos Roberto Gonçalves, o requerimento para abertura do inventário deverá ser:

[...] instruído obrigatoriamente com a certidão de óbito do de cujus (CPC/2015, art. 615, parágrafo único) e com a procuração outorgada ao advogado que assinar a petição (art. 36). O requerente juntará, também, quaisquer outros documentos comprobatórios de interesse processual, como a cédula testamentária, certidão de casamento do viúvo-meeiro, certidões de nascimento dos herdeiros etc.⁸⁵

Verificado o interesse processual do requerente, assim como sua legitimidade – sendo ele o: cônjuge ou companheiro, herdeiro, legatário, testamentário ou outro legitimado elencado aos incisos do art. 616⁸⁶ do Código de Processo Civil –, o juiz irá, através de decisão nos autos, nomeá-lo como inventariante, determinando a

⁸¹ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. Art. 610, § 1º.

⁸² BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. Art. 48.

⁸³ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 80.

⁸⁴ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. Art. 611.

⁸⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 507.

⁸⁶ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. Art. 616.

expedição de termo de compromisso a ser assinado por este, assim como a apresentação das primeiras declarações.⁸⁷

Nas palavras de Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho: “O inventariante é o representante oficial do espólio, na forma do art. 75, VII, do Código de Processo Civil de 2015”⁸⁸. E, informa José da Silva Pacheco: “A administração definitiva do espólio cabe ao inventariante. [...] Após o compromisso do inventariante nomeado, tem-se administrador definitivo”.⁸⁹

Desta forma, sendo o inventariante encarregado da função de administração dos bens do espólio, o art. 618 e 619⁹⁰, do Código de Processo Civil, regulamentam deveres específicos para ele, dos quais destacam Euclides de Oliveira e Sebastião Amorim:

[...] Cuidar dos bens do espólio com toda a diligência como se seus fossem; prestar as primeiras e últimas declarações pessoalmente ou por procurador com poderes especiais; exhibir em cartório, a qualquer tempo, para exame das partes, os documentos relativos ao espólio; juntar aos autos certidão do testamento, se houver; trazer à colação os bens recebidos pelo herdeiro ausente, renunciante ou excluído; prestar contas de sua gestão ao deixar o cargo ou sempre que o juiz lhe determinar; requerer declaração de insolvência.⁹¹

Salienta-se que o não cumprimento de alguns destes deveres, pode gerar a remoção e destituição, a qualquer tempo, do inventariante, sendo o rol de circunstâncias ensejadoras apresentado ao art. 622 da Legislação Processualística Civil, devendo o inventariante, de imediato, entregar os bens do espólio ao novo nomeado.⁹²

Importante se faz tal possibilidade, como explicam Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho: “Tudo isso para preservar os interesses dos herdeiros e o

⁸⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 507.

⁸⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 429.

⁸⁹ PACHECO, José da Silva. **Inventários e Partilhas: na Sucessão Legítima e Testamentária**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 357.

⁹⁰ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. Artigos 618 e 619.

⁹¹ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 294.

⁹² AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 297.

respeito à vontade do autor da herança, razão e sentido de todo o labor do inventariante”.⁹³

Em relação às espécies de inventário no ordenamento jurídico brasileiro, além do inventário pelo rito comum que segue todas as disposições supracitadas – regulamentado pelos artigos 610 a 658 da Legislação de Processo Civil –, considerado de procedimento mais complexo, a referida lei também disciplina outros dois ritos para o inventário judicial, quais sejam: inventário pelo rito de arrolamento sumário e pelo rito de arrolamento comum⁹⁴. Informando, ainda, a possibilidade de inventário extrajudicial. Cabendo o estudo destas modalidades aos tópicos seguintes.

2.4.1 Inventário pelo Rito de Arrolamento Sumário

O inventário pelo rito do arrolamento sumário tem previsão nos artigos 659 a 663 do Código de Processo Civil. É uma modalidade de inventário judicial, cabível quando todos os herdeiros forem capazes e estiverem em consenso acerca da partilha, não importando seu valor.⁹⁵

Segundo Carlos Roberto Gonçalves: “O arrolamento sumário constitui forma simplificada de inventário-partilha, permitida quando todos os herdeiros são capazes e convierem em fazer partilha amigável dos bens deixados pelo falecido, qualquer que seja seu valor”.⁹⁶

Como estabelece o art. 659 da Legislação Processualística Civil: “A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos da lei, será homologada de plano pelo juiz, com observância dos arts. 660 a 663”.⁹⁷

Quanto à petição inicial em tal modalidade, dispõe o art. 660 da mesma legislação:

⁹³ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 434.

⁹⁴ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 286/286.

⁹⁵ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 384.

⁹⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 518.

⁹⁷ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 31 mar. 2021. Art. 659.

Art. 660. Na petição de inventário, que se processará na forma de arrolamento sumário, independentemente da lavratura de termos de qualquer espécie, os herdeiros:

I - requererão ao juiz a nomeação do inventariante que designarem;

II - declararão os títulos dos herdeiros e os bens do espólio, observado o disposto no art. 630;

III - atribuirão valor aos bens do espólio, para fins de partilha.⁹⁸

Sobre a norma supracitada, ensina Carlos Roberto Gonçalves: “Na petição, portanto, os herdeiros deverão requerer a nomeação do inventariante por eles próprios indicado e apresentar o rol de herdeiros e a relação de bens, atribuindo-lhes o valor sumário, para fins de partilha [...]”.⁹⁹

Importa destacar que, como essa modalidade de inventário é simplificada, além da eliminação dos termos, não haverá citação, assim como não se discutirá acerca da quitação do imposto de transmissão causa mortis ou de taxas judiciárias¹⁰⁰, consoante com art. 662 do Código de Processo Civil: “No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio”.¹⁰¹

Assim decide o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. ARROLAMENTO SUMÁRIO. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA. RECURSO DA INVENTARIANTE. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROCEDIMENTO INVENTARIAL SIMPLIFICADO. RITO MAIS CÉLERE E ACESSÍVEL. “[...] cumpre salientar que o procedimento do arrolamento sumário é cabível quando todos os herdeiros forem capazes e estiverem concordes entre si quanto à partilha dos bens, sendo certo que a simplificação do procedimento em relação ao inventário e ao arrolamento comum afasta a possibilidade de maiores indagações no curso do procedimento especial, tais como a avaliação de bens do espólio e eventual questão relativa a lançamento, pagamento ou quitação de taxas judiciárias e tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade, consoante o teor dos artigos 659 c/c 662 e seguintes do Código de Processo Civil.” (Informativo jurisprudencial n. 636 do Superior Tribunal de Justiça) [...]. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0311283-

⁹⁸ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 31 mar. 2021. Art. 660.

⁹⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 519.

¹⁰⁰ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 389/390.

¹⁰¹ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 31 mar. 2021. Art. 662.

62.2015.8.24.0038, de Joinville, rel. Ricardo Fontes, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 27-08-2019).¹⁰²

Em síntese, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro explica que o procedimento do inventário pelo rito sumário:

[...] depende necessariamente da concordância expressa de todas as partes, que deverão ser capazes, inclusive do cônjuge meeiro ou da(o) companheira(o), que deverão apresentar o esboço de partilha amigável juntamente com os demais documentos exigidos. Em existindo herdeiro único, bastará o pedido de adjudicação. A natureza desse procedimento é de jurisdição voluntária, cabendo ao juiz, tão somente, após verificar o enquadramento da hipótese na lei, proferir sentença homologatória, ou seja, o magistrado conferirá força judicial à manifestação de vontade externada pelas partes, nada lhe acrescentando de novo.¹⁰³

Destaca-se, desde já, que a modalidade do inventário extrajudicial/administrativo possui os mesmos requisitos aqui apresentados, porém, a opção administrativa é uma faculdade e não poderá ser requerida em caso de existência de testamento, o que justifica a opção pelo rito de arrolamento sumário.¹⁰⁴

2.4.2 Inventário pelo Rito de Arrolamento Comum

A modalidade de inventário pelo rito de arrolamento comum, também conhecido como rito sumaríssimo, tem previsão ao art. 664 do Código de Processo Civil, sendo cabível quando o valor dos bens inventariados não seja superior ao montante de mil salários mínimos.¹⁰⁵

Dispõe o art. 664, *caput*, do Digesto Procedimental Civil:

Quando o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos, o inventário processar-se-á na forma de arrolamento, cabendo ao inventariante nomeado, independentemente de assinatura de termo de

¹⁰² BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação cível n. 0311283-62.2015.8.24.0038**, Quinta Câmara de Direito Civil, Relator: Desembargador Ricardo Fontes, julgado em 27/08/2019. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=ARROLAMENTO%20SUM%20C1RIO%20TAXAS%20JUDICI%20RIAS&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAGAANEP3AAE&categoria=acordao_5. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹⁰³ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Inventário e Partilha**: Judicial e Extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 251.

¹⁰⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7**: Direito das Sucessões. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 519.

¹⁰⁵ PACHECO, José da Silva. **Inventários e Partilhas: na Sucessão Legítima e Testamentária**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 391.

compromisso, apresentar, com suas declarações, a atribuição de valor aos bens do espólio e o plano da partilha.¹⁰⁶

Consoante com o disciplinado, ensina Carlos Roberto Gonçalves: “Tal modalidade constitui também forma simplificada de inventário de bens, porém específico para os de pequeno valor, até o limite de valor mencionado”¹⁰⁷. Sobre a diferenciação desta modalidade para a de rito sumário, continua explicando o autor: “Difere do arrolamento sumário porque neste é condição básica o reduzido valor da herança, sendo obrigatória a sua adoção, ainda que não representados todos os herdeiros e mesmo que haja ausentes ou incapazes, ou testamento”.¹⁰⁸

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro explica que o inventário pelo arrolamento comum é:

[...] procedimento obrigatório sempre que o valor dos bens do espólio for inferior a 1.000 salários mínimos, e pressupõe, logicamente, que não haja consenso expresso de todas as partes capazes, pois, se tal ocorresse, o arrolamento se enquadraria na primeira espécie anteriormente examinada. Incidirá também o arrolamento comum quando uma das partes for incapaz. Esse tipo de arrolamento tem natureza de jurisdição contenciosa, podendo o juiz julgar a partilha da forma que entenda mais adequada ao caso concreto.¹⁰⁹

Ainda, destaca-se a aplicação subsidiária do procedimento comum de inventário aos procedimentos de arrolamento, como preceitua o art. 667 do Código de Processo Civil: “Aplicam-se subsidiariamente a esta Seção as disposições das Seções VII e VIII deste Capítulo”.¹¹⁰

Observadas as duas modalidades judiciais de inventário que se diferem da tradicional, passa-se a estudar a possibilidade de inventário administrativo/extrajudicial.

¹⁰⁶ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 31 mar. 2021. Art. 664.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 521.

¹⁰⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 521.

¹⁰⁹ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Inventário e Partilha: Judicial e Extrajudicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 251.

¹¹⁰ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 31 mar. 2021. Art. 667.

2.4.3 Inventário Extrajudicial

A vigência da Lei 11.441 de 2017¹¹¹, trouxe significativa mudança ao âmbito jurídico em relação ao procedimento de inventário, já que, ante a alteração da redação dos artigos 982 e 983 da Legislação Processual Civil de 1973 – atualmente os artigos 610 e 611 do Código de Processo Civil de 2015 –, criou-se a possibilidade do inventário administrativo, realizado extrajudicialmente por meio de escritura pública.¹¹²

Conforme ensina Arnoldo Wald: “[...] com o advento da Lei n. 11.441, de 4-1-2017, alterou-se a sistemática do inventário em nosso ordenamento jurídico, possibilitando-se a opção pela via administrativa, e não mais exclusivamente judicial [...]”.¹¹³

Sobre a nova redação trazida pela referida lei, explica Carlos Roberto Gonçalves:

A citada inovação, referendada pelo novo Código de Processo Civil (art. 610, §§ 1º e 2º), permite a realização de inventário e partilha mediante escritura pública lavrada pelo notário, independentemente de homologação judicial, quando todos os interessados forem capazes e não houver testamento. Não segue, pois, os princípios do direito processual civil, mas do procedimento notarial, extrajudicial. Efetivou-se com a alteração do art. 982 do Código de Processo Civil de 1973, atual art. 610, §§ 1º e 2º [...].¹¹⁴

Verifica-se, então, que na Legislação Processual Civil atual, a possibilidade de inventário extrajudicial está exposta nos parágrafos do art. 610, com as seguintes redações:

§ 1º Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

¹¹¹ BRASIL. **Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111441.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹¹² AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 405.

¹¹³ WALD, Arnoldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 329.

¹¹⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7: Direito das Sucessões**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 522.

§ 2º O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.¹¹⁵

Além disso, o Informativo 633, de 2020, do Superior Tribunal de Justiça, determina que: “É possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado”.

Portanto, sendo que o inventário extrajudicial somente tem previsão em 1 artigo do Código de Processo Civil – sendo tratado também pelo informativo supracitado –, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 35 de 2007¹¹⁶, disciplinou a forma de tal ato. Além disso, os Tribunais Estaduais podem e estipulam regras para o serviço de tabelionatos – cartórios extrajudiciais –, acerca do procedimento de inventário administrativo.¹¹⁷

Ou seja, na ausência de testamento ou de interessado incapaz, a Lei 11.441 de 2017, permitiu a realização de inventário e partilha amigável extrajudicialmente, o que fora confirmado pelo Código de Processo Civil de 2015, buscando o legislador “[...] proporcionar aos cidadãos a possibilidade de resolverem suas pendências de forma mais rápida e eficiente, por meio, principalmente, da conciliação e do entendimento, deixando para o Judiciário as pendências mais complexas [...]”.¹¹⁸

Do exposto no presente capítulo, verifica-se que o Direito Sucessório – constante no Código Civil, aos artigos 1.784 a 2.027 –, regulamenta a transmissão do acervo patrimonial do *de cujus* aos seus herdeiros, para tanto, utiliza-se do instituto da Herança, caracterizado pelo conjunto de bens e obrigações do falecido, o qual é transmitido após a sua morte. Viu-se que a transferência desse acervo ocorre por meio de duas modalidades de sucessão: pela via legítima, onde ocorrerá com observância ao disposto em lei, ou pela via testamentária, quando há disposição de última deixada pelo *de cujus*. Ainda, houve a observância do inventário, já que por meio do mesmo é

¹¹⁵ BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021. §§ 1º e 2º art. 610.

¹¹⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007**. Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/179#:~:text=%C3%89%20obrigat%C3%B3ria%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20de,do%20C%C3%B3digo%20de%20Processo%20Civil>. Acesso em: 31 mar. 2021.

¹¹⁷ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Inventário e Partilha: Judicial e Extrajudicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 301.

¹¹⁸ AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha: Teoria e Prática**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 406.

que ocorre a devida transmissão da herança, destacando-se a sua possibilidade nas seguintes formas: pelo rito comum, pelo rito de arrolamento sumário, pelo rito de arrolamento comum e também de forma extrajudicial.

Assim, após a contextualização sobre o Direito Sucessório é necessário seguir para a análise de como a digitalização da sociedade levou à necessidade do pensar acerca da herança digital, observando as características e diferenciações desta.

3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E UMA NOVA FORMA DE LEGADO

3.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Inicialmente, merece destaque a Revolução Industrial ocorrida na metade do século XVIII, já que, é considerada um tempo de demasiado desenvolvimento industrial, e, por consequência, de grande relevância para chegar-se à Sociedade da Informação, tendo em vista decorrer da referida revolução um amplo crescimento tecnológico¹¹⁹. A importância da Revolução Industrial para este tópico ocorre, pois, conforme ensina Manuel Castells, nesse período:

[...] um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo, que, de repente, ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico.¹²⁰

Após a supracitada Revolução Industrial, a partir da década de 1990, ante ao grande processo de expansão da Internet, a sociedade passou por importantes alterações em seu estilo de vida, vindo a se interligar de maneira vasta e demasiadamente rápida, tendo acesso a informações globais, assim como gerando diversas comunidades no âmbito virtual, se redirecionando para o ambiente da *web*.¹²¹

¹¹⁹ CAVALCANTE, Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luiz Siqueira da. "**A Importância da Revolução Industrial no Mundo da Tecnologia**". Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021. p. 5.

¹²⁰ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 91.

¹²¹ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 77.

Sobre o referido processo de crescimento desse ambiente, explica Patricia Peck Pinheiro:

Na década de 90, a Internet passou por um processo de expansão sem precedentes. Seu rápido crescimento deve-se a vários de seus recursos e facilidades de acesso e transmissão, que vão desde o correio eletrônico (e-mail) até o acesso de banco de dados e informações disponíveis na World Wide Web (WWW), seu espaço multimídia.¹²²

Com tal expansão, a sociedade passou a vivenciar uma época tecnológica, sem a existência de barreiras, onde, por meio do ambiente virtual, as informações passam a ser acessadas e difundidas de maneira mais veloz¹²³. Ensina Gustavo Santos Gomes Pereira que:

A sociedade pós-moderna, como é a todos perceptível, tem experimentado profundas mudanças em seu estilo de vida. Toda essa vicissitude pode ser explicada pelo desenvolvimento da tecnologia no que são, provavelmente, suas versões mais intrigantes: digital e da informação.¹²⁴

Com a maior facilidade e o maior acesso aos dispositivos tecnológicos, o compartilhamento de informações tornou-se habitual aos indivíduos, entrando-se na era da Sociedade da Informação, como conceitua Bruno Zampier:

Uma sociedade na qual não se conhece mais o conceito de fronteiras, transmutando-se a noção de liberdade, poder, comunicação e democracia. Assim se caracteriza a sociedade da informação, impulsionada pela notável revolução tecnodigital operada nas últimas décadas.¹²⁵

Nas palavras de Liliana Minardi Paesani “[...] a sociedade da informação caracteriza-se pela revolução tecnológica, a qual passou a fornecer as bases da economia e do conhecimento em geral”.¹²⁶

Acerca da importância da Internet nesse processo evolutivo, afirma Patricia Peck Pinheiro: “[...] A internet veio possibilitar não apenas o encurtamento das

¹²² PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 62.

¹²³ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “**Herança Digital**: o Direito da Sucessão do Acervo Digital”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 3 abr. 2021. p. 28.

¹²⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil**: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 13.

¹²⁵ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais**: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 11.

¹²⁶ PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet**: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 203.

distâncias com maior eficiência de custos, mas, sobretudo, a multicomunicação, ou seja, transmissão de texto, voz e imagem”.¹²⁷

Da mesma forma, explica Manuel Castells que: “A internet é a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores: é a rede que liga a maior parte das redes”¹²⁸. Nesse sentido, continua o autor: “[...] a internet, em suas diversas encarnações e manifestações evolutivas, já é o meio de comunicação interativo universal via computador da Era da Informação”.¹²⁹

A polarização da informação ocorre, já que, conforme informa Bruno Zampier: “A cada minuto, novas pessoas se interconectam, outras informações são inseridas no ciberespaço, dando a este mais e mais um caráter universal, sem qualquer chance de se fechar em um conteúdo particularizado”¹³⁰. Ainda, discorre que a Internet: “Trata-se de um universo indeterminável, em constante expansão, um verdadeiro labirinto pelo qual navega a informação, o conhecimento, sem qualquer significado ou temática principal”.¹³¹

Assim, com a utilização do ambiente virtual, por meio de postagens de notícias, imagens, documentos, áudios etc., a informação que antigamente era item caro e inacessível para a maioria da população, passou a fazer parte do cotidiano de todos.¹³²

Sobre a necessidade, nos tempos atuais, de manter-se conectado, discorre Patricia Peck Pinheiro:

O fenômeno de marginalização social se dá pela incapacidade dos indivíduos de conhecer e dominar novas tecnologias – não basta saber escrever, é preciso saber enviar e-mail. Ao mesmo tempo que a Era Digital abre maiores possibilidades de inclusão, a exclusão torna-se mais cruel. Aqueles que não tiverem existência virtual dificilmente sobreviverão também no mundo real, e esse talvez seja um dos aspectos mais aterradores dos novos tempos.¹³³

¹²⁷ PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 62.

¹²⁸ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 430.

¹²⁹ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 432.

¹³⁰ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 12.

¹³¹ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 12.

¹³² PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 16.

¹³³ PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 70.

Ainda, Manuel Castells informa que:

A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.¹³⁴

A evolução da sociedade – a qual partiu para a era da informação, estando constantemente conectada e presente no ciberespaço¹³⁵ –, trouxe um desenvolvimento que acabou por gerar desafios em outros âmbitos sociais, como ensina Liliana Minardi Paesani:

[...] as relações sociais e conseqüentemente as relações jurídicas sofreram impactos e mudanças com o surgimento dessa sociedade calçada na informação. Podemos, sem medo de errar, falar em nova economia, novo direito, nova sociedade, etc.¹³⁶

Em relação aos impactos trazidos ao âmbito jurídico, discorre Júlia Sanzi:

O desafio trazido por essa digitalização das relações sociais é garantir a aplicabilidade das normas do direito sucessório ao patrimônio digital, desde que os direitos individuais (intimidade e privacidade, por exemplo) não sejam afetados, ou seja, o direito deve acompanhar essa evolução para que não haja carência de proteção.¹³⁷

Ou seja, com a era da sociedade em rede, ante a grande evolução demonstrada, verifica-se que as outras esferas da coletividade também devem encontrar uma maneira de evoluir, a fim de acompanhar esse processo de desenvolvimento tecnológico.

¹³⁴ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 553.

¹³⁵ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 561.

¹³⁶ PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 203.

¹³⁷ SANZI, Júlia. **“Herança Digital e Direito Sucessório”**. In: Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/08/20/artigo-heranca-digital-e-direito-sucessorio-por-julia-sanzi/>. Acesso em: 3 abr. 2021.

3.2 A ERA DO DIREITO DIGITAL

A evolução social decorrente da década de 1990, com a era da Sociedade da Informação, determinou uma nova forma de vivência ante a constante digitalização das coisas que permeiam a sociedade, fazendo com que tudo o que seja produzido na esfera virtual, possua a mesma importância de um bem físico, sendo necessária a segurança jurídica aos usuários, surgindo, para tanto, o Direito Digital.¹³⁸

Sobre a transformação no âmbito jurídico, ensina Patricia Peck Pinheiro:

O Direito Digital consiste na evolução do próprio Direito, abrangendo todos os princípios fundamentais e institutos que estão vigentes e são aplicados até hoje, assim como introduzindo novos institutos e elementos para o pensamento jurídico, em todas as suas áreas [...]. Para isso, o Direito Digital deve ser entendido e estudado de modo a criar instrumentos capazes de atender a esses anseios.¹³⁹

Para Isabela Rocha Lima:

O Direito Digital é a evolução do próprio direito para acompanhar a atualização dos meios de comunicação e das relações entre as pessoas, qual seja, a vida digital. Esta nova área do Direito é caracterizada pelo dinamismo nas relações e estabelece um relacionamento entre o Direito Codificado e o Direito Costumeiro, aplicando os elementos que cada um tem de melhor para a solução das questões vivenciadas pela sociedade digital.¹⁴⁰

Já Tarcísio Teixeira posiciona-se informando que o Direito Digital “não se trata de um ramo do Direito, pois no fundo o que temos são relações jurídicas sendo cada vez mais estabelecidas virtualmente, o que pode necessitar, em alguma medida, de ajustes no ordenamento jurídico [...]”.¹⁴¹

Verifica-se a ampla utilização da analogia no Direito Digital, o que se justifica ante a velocidade das mudanças no ambiente virtual e nas relações constantes nele, fazendo com que legislação específica que trate sobre o referido direito, não seja flexível o suficiente para amparar de forma correta as necessidades da sociedade

¹³⁸ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “Herança Digital: o Direito da Sucessão do Acervo Digital”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 3 abr. 2021. p. 29.

¹³⁹ PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 77.

¹⁴⁰ LIMA, Isabela Rocha. “Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021. p. 20.

¹⁴¹ TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico**: doutrina, jurisprudência e prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 22.

conectada¹⁴², como afirma Thamires Oliveira Nascimento: “[...] qualquer norma que venha a ser estabelecida está fadada a se tornar obsoleta se não tiver um caráter flexível”¹⁴³, já que, de acordo com Gustavo Santos Gomes Pereira, “o Direito Digital é cheio de particularidades se comparado com aos demais ramos do Direito. Nele, os princípios prevalecem às regras, tendo em vista que o ritmo da evolução tecnológica será sempre mais veloz que a atividade legislativa”.¹⁴⁴

No mesmo sentido, expõe Marco Aurélio de Farias:

O Direito Digital é caracterizado pela aplicação de interpretação extensiva, pelo uso da analogia e por sua base legal na prática costumerista, uma vez que a produção legislativa nem sempre é capaz de acompanhar as constantes mudanças tecnológicas. Consequentemente, ao tratar-se da matéria, optar por uma interpretação restritiva do Código Civil seria deixar a sociedade desprotegida em face de uma nova realidade.¹⁴⁵

Em vista disso, explica Patricia Peck Pinheiro que as principais características do Direito Digital são: “celeridade, dinamismo, autorregulamentação, poucas leis, base legal na prática costumeira, o uso da analogia e solução por arbitragem”.¹⁴⁶

Acerca da existência de legislação codificada sobre o assunto, expõe Anna Izadora Ramos Comini que o Direito Digital “[...] está instituído na liberdade de acesso à informação, garantia disposta no artigo 220 da Constituição Federal Brasileira de 1988”¹⁴⁷. Relata ainda acerca do Marco Civil da Internet, informando que “Essa lei estabelece princípios, direitos, deveres e garantias para o uso adequado da Internet no Brasil, tutelando as situações jurídicas decorrentes do seu uso”¹⁴⁸, esclarecendo que a referida lei não abrange os aspectos necessários para a regulamentação da transmissão de bens virtuais nos casos de morte dos usuários.

¹⁴² PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 79.

¹⁴³ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “**Herança Digital**: o Direito da Sucessão do Acervo Digital”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 3 abr. 2021. p. 30.

¹⁴⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil**: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 23.

¹⁴⁵ COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. **Patrimônio Digital**: Reconhecimento e Herança. Recife: Nossa Livraria, 2016. p. 32.

¹⁴⁶ PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 82.

¹⁴⁷ COMINI, Anna Izadora Ramos. “**O Direito à Herança Digital em Relação aos Bens Digitais Incorpóreos à Luz do Código Civil Brasileiro**”. Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso em: 5 abr. 2021. p. 179.

¹⁴⁸ COMINI, Anna Izadora Ramos. “**O Direito à Herança Digital em Relação aos Bens Digitais Incorpóreos à Luz do Código Civil Brasileiro**”. Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso em: 5 abr. 2021. p. 179.

Portanto, constata-se que o Direito deve evoluir juntamente com a sociedade, para que, de forma efetiva, alcance a segurança jurídica nos novos modos de viver da comunidade¹⁴⁹, demonstrando a importância da adaptação do âmbito jurídico para a proteção dos direitos digitais na era da digitalização.

3.3 HERANÇA DIGITAL

A sociedade passou por grande transformação, vivendo atualmente na Era da Informação, onde o acesso à Internet tornou-se globalizado. Essa evolução faz com que seja necessário o desenvolvimento em todos os âmbitos sociais, a fim de que sejam saciados todos os anseios da coletividade. Com isso, a esfera jurídica encontra diversas situações que ou já foram regulamentadas ou que ainda necessitem de regulamentação, sendo uma delas a transmissão dos bens digitais.¹⁵⁰

Alessandro Gonçalves Barreto e José Anchieta Nery Neto explicam que:

O problema a ser enfrentado pelo Direito, nessa sociedade ultramoderna na qual as relações sociais tornaram-se eletrônicas, é regular a sucessão do patrimônio digital dos indivíduos. Afinal, toda mudança social e comportamental, deve ser acompanhada pelo direito, para que as relações construídas não careçam de proteção.¹⁵¹

Ainda, aponta Bruno Zampier que:

[...] não há como ignorar a presença e importância dos bens digitais no momento atualmente vivido pela sociedade moderna. Se em vida centenas de circunstâncias irão cotidianamente chamar a atenção para a relevância da tutela da titularidade desta nova categoria de bens, com o crepúsculo vital uma série de interesses, por vezes contrastantes, irão se fazer igualmente presentes.¹⁵²

A necessidade de norma que discipline a transmissão dos referidos bens ocorre, pois, consoante ensinamento de Gustavo Santos Gomes Pereira:

¹⁴⁹ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. "**Herança Digital**: o Direito da Sucessão do Acervo Digital". In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 3 abr. 2021. p. 31.

¹⁵⁰ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 95/96.

¹⁵¹ BARRETO, Alessandro Gonçalves; NERY NETO, José Anchieta. "**Herança Digital**". Disponível em: <http://direitoeti.com.br/site/wp-content/uploads/2016/03/BARRETO-Alessandro-Gon%C3%A7alves-NERY-NETO-Jos%C3%A9-Anchi%C3%A7a-Her%C3%A7a-Digital.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 3.

¹⁵² ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais**: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 126.

Houve, pois, uma verdadeira migração do mundo físico para o mundo virtual, inclusive no que tange ao acúmulo de riquezas. Afirma-se isto não apenas pensando nos arquivos digitais que, indiscutivelmente, podem possuir valorização econômica. O que se afirmou também leva em consideração a existência de diversos perfis em redes sociais, blogs, enfim, páginas na internet que são verdadeira fonte de renda para seus proprietários.¹⁵³

Ou seja, “milhões de usuários se utilizam das mais variadas formas de armazenamento de dados digitais, construindo nesta estrutura um verdadeiro acervo patrimonial”¹⁵⁴, devendo o direito buscar uma regulamentação para o destino desse patrimônio após o falecimento do usuário, conforme ensina Flávio Tartuce:

As novas tecnologias, especialmente as incrementadas pelas redes sociais e pelas interações digitais, trouxeram grandes repercussões para o Direito, especialmente para o Direito Privado. Como não poderia ser diferente, o Direito das Sucessões não escapa dessa influência, surgindo intensos debates sobre a transmissão da chamada herança digital.¹⁵⁵

Veja-se, a citada evolução, juntamente com o advento da riqueza virtual, trouxe ao meio jurídico, a expressão “herança digital”, a qual visa trazer repostas a questão de qual será a destinação dos bens digitais com a morte do seu titular. Pode-se dizer que a herança digital traduz-se na possibilidade de transmissão do acervo virtual do usuário, armazenado digitalmente em nuvens ou em aparelhos tecnológicos¹⁵⁶. Marcela Cioccia Neves e Vinicius Roberto Prioli de Souza explicam que: “A herança digital é constituída, deste modo, pelo conjunto de informações acerca de um usuário (formado pelos ativos digitais e pelas contas digitais) que se encontra em formato digital”.¹⁵⁷

Gustavo Santos Gomes Pereira menciona que a herança digital pode ser entendida como a herança tradicional – estabelecida na Legislação Civil e estudada

¹⁵³ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 39.

¹⁵⁴ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “**Herança Digital: o Direito da Sucessão do Acervo Digital**”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 33.

¹⁵⁵ TARTUCE, Flávio. “**Herança Digital e Sucessão Legítima. Primeiras Reflexões**”. In: Flávio Tartuce. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/3>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 1.

¹⁵⁶ COMINI, Anna Izadora Ramos. “**O Direito à Herança Digital em Relação aos Bens Digitais Incorpóreos à Luz do Código Civil Brasileiro**”. Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 175.

¹⁵⁷ NEVES, Marcela Cioccia; SOUZA, Vinicius Roberto Prioli de. “**A Herança Digital e sua Princiologia Constitucional**”. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no16/artigo38.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 3.

em capítulo anterior –, mas com um objetivo mais particular, que é o acervo patrimonial digital do falecido, informando que ela consiste:

[...] em tudo o que ele pôde guardar em espaço virtual quando em vida, incluídos aí os arquivos digitais, como fotos, músicas, vídeos e livros, estejam eles armazenados em memória de um computador ou em serviços de nuvem virtual; as redes sociais; as contas da internet; enfim, qualquer bem ou serviço virtual de titularidade do autor da herança.¹⁵⁸

Para Isabela Rocha Lima: “A herança digital é uma realidade e precisa ser levada em consideração não só por quem possui um valioso acervo digital, mas por todos que de alguma maneira utilizam o meio virtual para armazenar conteúdos importantes”.¹⁵⁹

A herança digital é tema muito recente, gerando demasiados questionamentos sobre quais bens digitais podem realmente ser herdados, como indica Marco Aurélio de Farias Costa Filho:

Enquanto a transmissão patrimonial após a morte é um fenômeno milenar, apenas recentemente a herança digital passou a ser objeto do direito das sucessões, sendo ainda controversa até mesmo a caracterização de bens armazenados virtualmente como patrimônio.¹⁶⁰

O autor ainda discorre que: “[...] não obstante a ausência de legislação específica, os princípios e instrumentos hermenêuticos já consagrados pelo nosso ordenamento jurídico possibilitam lidar com a herança digital”¹⁶¹. Na mesma linha, explanam Naiara Czarnobai Augusto e Rafael Niebuhr Maia de Oliveira: “No ordenamento jurídico pátrio não há óbice para se permitir a transferência de arquivo digitais como patrimônio, sobretudo quando advindo de relações jurídicas com valor econômico”.¹⁶²

¹⁵⁸ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 42.

¹⁵⁹ LIMA, Isabela Rocha. “**Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 33.

¹⁶⁰ COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. “**Herança Digital: Valor Patrimonial e Sucessão de Bens Armazenados Virtualmente**”. In: Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152/143>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 1.

¹⁶¹ COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. “**Herança Digital: Valor Patrimonial e Sucessão de Bens Armazenados Virtualmente**”. In: Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152/143>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 3.

¹⁶² AUGUSTO, Naiara Czarnobai; OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia. “**A Possibilidade Jurídica da Transmissão de Bens Digitais "Causa Mortis" em Relação aos Direitos Personalíssimos do de**

Logo, percebe-se que para um melhor entendimento acerca do que constitui a herança digital, deve-se visualizar o que são e quais são os bens digitais – divididos em duas modalidades –, além de observar entendimentos doutrinários para verificar como ocorre a transmissão desses bens, o que será explicitado nos próximos itens.

3.3.1 Bens Digitais e o Acervo Patrimonial

Inicialmente, salienta-se que, no âmbito jurídico, os bens podem ser conceituados como objetos pertencentes a determinado indivíduo, que carregam as características de existência material ou imaterial, possibilidade de aferição de valor, utilidade e finalidade, ou seja, utilizados pelo proprietário para alcançar um certo fim.¹⁶³

Clóvis Beviláqua informa que: “bens são materiais ou imateriais que servem de objeto a uma relação jurídica”¹⁶⁴. E, no mesmo sentido, ensina Fábio Ulhoa Coelho:

Bem é tudo aquilo que pode ser pecuniariamente estimável, isto é, pacificado, avaliado em dinheiro, traduzido em quantia monetária. Consideram-se bens, assim, a casa, automóvel, obra de arte, computador e todos os demais objetos destinados a atender às mais variadas necessidades humanas, e que, por essa razão, têm valor para homens e mulheres.¹⁶⁵

Carlos Roberto Gonçalves também trata sobre a conceituação de bens, veja-se: “Bens, portanto, são coisas materiais ou imateriais, úteis aos homens e de expressão econômica, suscetíveis de apropriação”¹⁶⁶. O autor ainda explica que: “[...] o conjunto de bens, de qualquer ordem, pertencentes a um titular, constitui o seu patrimônio”.¹⁶⁷

Acerca da formação do patrimônio, explica Silvio Rodrigues: “O patrimônio é formado pelo conjunto de relações ativas e passivas, e esse vínculo entre os direitos

cujus". Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-16.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021. p. 12.

¹⁶³ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 49.

¹⁶⁴ BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado**. Ed. Histórica. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975. p. 43.

¹⁶⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 173.

¹⁶⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 85.

¹⁶⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 86.

e as obrigações do titular, constituído por força de lei, infunde ao patrimônio o caráter de universalidade de direito”.¹⁶⁸

Ainda, dispõe Silvio de Salvo Venosa:

Definimos o patrimônio como o conjunto de direitos reais e obrigacionais, ativos e passivos, pertencentes a uma pessoa. Portanto, a herança é o patrimônio da pessoa falecida, ou seja, do autor da herança. O patrimônio transmissível, portanto, contém bens matérias ou imateriais, mas sempre coisas avaliáveis economicamente.¹⁶⁹

Importante destacar o que ensina Moisés Fagundes Lara:

A noção de patrimônio vem evoluindo, tendo sido impactada pela revolução em curso, a revolução da informação, pois já há um mundo virtual, em que comercializam ações, utilizam-se moedas, enfim realizam-se transações comerciais. Isso tudo, a médio prazo, será utilizado como uma nova forma de entretenimento e terá uma valoração econômica, sendo considerado patrimônio.¹⁷⁰

Ante a revolução da informação, conforme acima citado, é perceptível a mudança na sociedade, que atualmente passa a migrar para o ambiente digital e, como consequência, fazendo essa alteração com os seus bens, já que antigamente o patrimônio era, na maioria das vezes, constituído por imóveis e veículos, mas agora também deve passar a abranger bens constantes na esfera virtual.¹⁷¹

Sobre os bens digitais, Bruno de Matos Bertasso os conceitua:

Bens digitais e bens virtuais são produtos da informação, surgidos com a popularização da computação pessoal e com o recente crescimento de redes digitais de informação. Os dois tipos estão relacionados, pois ambos são intangíveis e consistem em bytes armazenados a mídia digital.¹⁷²

Adelmo da Silva Emerenciano pontua que:

[...] bens digitais, conceituados, constituem conjuntos organizados de instruções, na forma de linguagem de sobre nível, armazenados em forma digital, podendo ser interpretados por computadores e por outros dispositivos assemelhados que produzam funcionalidades predeterminadas. Possuem

¹⁶⁸ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 117.

¹⁶⁹ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 7.

¹⁷⁰ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 55.

¹⁷¹ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 61.

¹⁷² BERTASSO, Bruno de Matos. **“Bens Digitais em Serviço de Computação em Nuvem e o Direito de Sucessão”**. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021. p. 30.

diferenças específicas tais como sua existência não-tangível de forma direta pelos sentidos humanos e seu trânsito, por ambientes de rede teleinformática, uma vez que não se encontram aderidos a suporte físico.¹⁷³

E, Moisés Fagundes Lara:

[...] bens digitais são instruções traduzidas em linguagem binária que podem ser processadas em dispositivos eletrônicos, tais como fotos, músicas, filmes, etc., ou seja, quaisquer informações que podem ser armazenadas em bytes nos diversos aparelhos como computadores, celulares e tablets.¹⁷⁴

Quanto à composição do acervo virtual, pode-se dizer que é o composto por bens incorpóreos, consistindo no conjunto de bens armazenados digitalmente, inseridos pelo usuário conectado à Internet, por meio de dispositivos eletrônicos, podendo ser constituído por pensamentos, músicas, imagens, vídeos, jogos, diversos tipos de publicações e arquivos, etc., de cunho pessoal e que possuam ou não caráter econômico¹⁷⁵. Pontua Gustavo Santos Gomes Pereira:

A relativa democratização do acesso à internet no Brasil revolucionou o estilo de vida de sua sociedade, pois deu origem a comportamentos, hábitos, enfim, a uma cultura até então impensada. Assim é que, por exemplo, as pessoas passaram a [...] expor suas vidas a um número muitas vezes indiscriminado de pessoas através de perfis em redes sociais e blogs, ao invés de mantê-las em sua esfera de privacidade ou compartilhá-las tão somente com as pessoas de maior vínculo afetivo; passaram a armazenar seus bens, como fotos, músicas, vídeos e livros em serviços de nuvem virtual, as chamadas clouds, e não mais em compartimentos físicos, como gavetas de armários e estantes.¹⁷⁶

Ou seja, ao longo de sua vida, por meio de aparelhos eletrônicos, uma pessoa pode depositar uma quantidade gigantesca de bens digitais no ambiente virtual, como aponta Bruno de Matos Bertasso: “cada usuário de Internet tem uma média de vinte e seis diferentes bens digitais e utiliza cerca de dez senhas diferentes”¹⁷⁷. Na mesma linha, explana Juliana Evangelista Almeida:

¹⁷³ EMERENCIANO, Adelmo da Silva. **Tributação no Comércio Eletrônico**. São Paulo: Thomson Iob, 2003. p. 83.

¹⁷⁴ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 22.

¹⁷⁵ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 61.

¹⁷⁶ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 39.

¹⁷⁷ BERTASSO, Bruno de Matos. **“Bens Digitais em Serviço de Computação em Nuvem e o Direito de Sucessão”**. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021. p. 31.

As pessoas interagem no mundo digital de diversas maneiras e em todas elas disponibilizam dados digitais, seja quando usam um computador e salvam arquivos nele, seja quando utilizam um smartphone e deixam ali diversos registros, seja quando criam uma conta para uso dos mais diversos serviços de internet e deixam registrados na nuvem uma série de dados.¹⁷⁸

Frisa Isabela Rocha Lima que:

Além de senhas, tudo o que é possível comprar pela internet ou guardar em um espaço virtual – como músicas e fotos, por exemplo – passa a fazer parte do patrimônio das pessoas e, conseqüentemente, do chamado “acervo digital”. Os ativos digitais podem ser bens guardados tanto na máquina do próprio usuário quanto por meio da internet em servidores com este propósito – o chamado armazenamento em “nuvem”.¹⁷⁹

Destaca-se que Fábio Ulhoa já informa, em sua obra, sobre determinados bens digitais, veja-se: “São bens, igualmente, animais, energia elétrica, imagens fotográficas, dinheiro e outras coisas cuja valorização pode ser quantificada. Informações, tecnologia [...], são bens de significativo valor econômico”.¹⁸⁰

Bruno de Matos Bertasso cita sobre a presença desses bens na constituição do patrimônio do indivíduo: “[...] alguns tipos de arquivos digitais, como filmes, blogs, páginas na internet, músicas, livros e outros, podem ser considerados patrimônio, porque são originados de relações jurídicas com valor econômico”.¹⁸¹

Ressalta-se ainda, que os bens digitais não possuem somente caráter econômico, mas que também existem aqueles de cunho existencial. Sobre isso, ensina Bruno Zampier:

O ambiente virtual, assim como ocorre no mundo não virtual, comporta aspectos nitidamente econômicos, de caráter patrimonial, bem como outros ligados inteiramente aos direitos da personalidade, de natureza existencial. Dessa forma, acredita-se que seja adequada a construção de duas categorias de bens: os bens digitais patrimoniais e os bens digitais existenciais.¹⁸²

¹⁷⁸ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. “**A Tutela Jurídica dos Bens Digitais Após a Morte: Análise da possibilidade de reconhecimento da herança digital**”. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_AlmeidaJEv_1.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021. p. 28.

¹⁷⁹ LIMA, Isabela Rocha. “**Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021. p. 32.

¹⁸⁰ Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, vol. 1: Parte Geral**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 173.

¹⁸¹ BERTASSO, Bruno de Matos. “**Bens Digitais em Serviço de Computação em Nuvem e o Direito de Sucessão**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021. p. 45.

¹⁸² ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 62.

Em virtude disso, pode-se dizer que os bens digitais devem ser separados em duas espécies: os insuscetíveis de valoração econômica – existenciais – e os suscetíveis de tal¹⁸³. As quais serão estudadas em seguida, para uma melhor explicação sobre quais bens digitais irão compor a herança e quais dependerão de expressão de última vontade.

3.3.1.1 Bens Insuscetíveis de Valoração Econômica – Bens Existenciais

Os bens insuscetíveis de valoração econômica, também chamados de bens existenciais, são aqueles que não compõem o patrimônio do indivíduo, pois não possuem caráter econômico, mas sim grande valor afetivo/sentimental.¹⁸⁴

Esses bens compõem grande parte dos presentes no ambiente virtual, já que, com a ampla utilização da Internet e a facilidade de armazenamento nesse meio, as pessoas acabaram por abandonar determinados hábitos, tais como: guardar fotografias em álbuns físicos, encaminhar cartas escritas manualmente, entre outros. É o que explica Manuel Castells:

As pessoas começaram a filmar seus eventos, de férias a comemorações familiares, assim produzindo as próprias imagens, além do álbum fotográfico. Apesar de todos os limites da autoprodução de imagens, tal prática realmente modificou o fluxo de mão única das imagens e reintegrou a experiência de vida e a tela.¹⁸⁵

Assim, Bruno Zampier explica quais bens podem compor essa modalidade:

[...] teriam essa natureza os arquivos de fotografias pessoais armazenados em nuvens ou redes sociais, os vídeos, com imagem-voz e imagem-retrato do próprio sujeito que estejam arquivados ou foram publicados, as correspondências trocadas com terceiros, seja por meio de e-mail, seja por meio de outro serviço de mensagem virtual, dentre outros.¹⁸⁶

¹⁸³ SANZI, Júlia. “Herança Digital e Direito Sucessório”. In: Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/08/20/artigo-heranca-digital-e-direito-sucessorio-por-julia-sanzi/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

¹⁸⁴ LIMA, Isabela Rocha. “Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021. p. 34.

¹⁸⁵ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 422.

¹⁸⁶ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 117.

Nesse contexto, elucidam Alesandro Gonçalves Barreto e José Anchieta Nery Neto que os bens existenciais pode ser: “quaisquer arquivos (textos, e-mails, fotografias) criados por um indivíduo diretamente na Web ou que, após sua elaboração ou edição em um computador local, fez o upload para um serviço de nuvem”.¹⁸⁷

Importa salientar que, como esses bens não possuem valor econômico, não podem, portanto, fazer parte do patrimônio da pessoa, e em caso de falecimento referido patrimônio eles não poderá ser transmitido de maneira legítima aos seus sucessores, conforme discorre Thamires Oliveira Nascimento: “[...] não podem ser objeto do direito das sucessões, uma vez que, se assim fosse possível, ocorreria uma invasão à seara íntima do autor, sob pena de afronta ao princípio da intimidade”.¹⁸⁸

Assim, quanto aos bens insuscetíveis de valoração econômica, a maioria dos juristas afirmam que não há como transmitir essa modalidade de bens pela sucessão legítima, vez que não possuem cunho patrimonial¹⁸⁹. Em consonância com tal posicionamento, ensina Bruno Zampier: “[...] acredita-se que os bens digitais existenciais não seriam dignos de ser sucedidos pelos familiares, ressalvada a manifestação de vontade expressa nesse sentido pelo próprio titular em vida [...]”.¹⁹⁰

Portanto, dependem de registro de última vontade (testamento) do proprietário para que os herdeiros possam ter acesso aos bens elencados, preservando-se a privacidade do falecido, assim como de terceiros com os quais mantinha contato por meio das redes sociais, buscando-se resguardar o direito de personalidade.¹⁹¹

¹⁸⁷ BARRETO, Alesandro Gonçalves; NERY NETO, José Anchieta. “**Herança Digital**”. Disponível em: <http://direitoeti.com.br/site/wp-content/uploads/2016/03/BARRETO-Alesandro-Gon%C3%A7alves-NERY-NETO-Jos%C3%A9-Anchi%C3%A7a-Heran%C3%A7a-Digital.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 3.

¹⁸⁸ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “**Herança Digital: o Direito da Sucessão do Acervo Digital**”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 38.

¹⁸⁹ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 44.

¹⁹⁰ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 145.

¹⁹¹ LIMA, Isabela Rocha. “**Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 35.

3.3.1.2 Bens Suscetíveis de Valoração Econômica

Os bens suscetíveis de valoração econômica ou bens patrimoniais, são aqueles em que é possível realizar aferição econômica, e, dada a essa característica, são os bens que podem compor a esfera patrimonial do indivíduo.¹⁹²

Júlia Sanzi informa que os bens digitais de valor econômico podem ser: “[...] arquivos de música, e-books, jogos e filmes”¹⁹³. Na mesma linha, Alesandro Gonçalves Barreto e José Anchieta Nery Neto conceituam os bens suscetíveis de valoração econômica como:

[...] quaisquer bens digitais que tenham utilidade patrimonial. Trata-se de arquivos (álbuns musicais, ebooks, games, filmes) e serviços (armazenamento em nuvem, licença de software) comprados pelo indivíduo por meio de um provedor de serviços online. Geralmente esses ativos ficam armazenados em nuvem, estando disponíveis ao usuário onde quer que se encontre.¹⁹⁴

Portanto, levando-se em conta os conceitos de patrimônio expostos em tópico anterior, pode-se afirmar que os bens que permitem a averiguação de valor econômico, e não só sentimental, devem fazer parte do conglomerado de bens que criam o patrimônio de cada sujeito, já que “o patrimônio digital, por si só, pode representar significativo valor econômico dentre a totalidade dos bens deixados pelo *de cuius*”¹⁹⁵. Afirma Marco Aurélio de Farias Costa Filho que como:

[...] o patrimônio inclui o complexo de relações jurídicas dotadas de valor econômico de uma determinada pessoa, percebe-se que arquivos digitais dotados de tal valor (sites, músicas, filmes, livros, bens virtuais e etc.) devem fazer parte da partilha.¹⁹⁶

¹⁹² ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais**: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 75.

¹⁹³ SANZI, Júlia. “**Herança Digital e Direito Sucessório**”. In: Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/08/20/artigo-heranca-digital-e-direito-sucessorio-por-julia-sanzi/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

¹⁹⁴ BARRETO, Alesandro Gonçalves; NERY NETO, José Anchieta. “**Herança Digital**”. Disponível em: <http://direitoeti.com.br/site/wp-content/uploads/2016/03/BARRETO-Alesandro-Gon%C3%A7alves-NERY-NETO-Jos%C3%A9-Anchi%C3%AAta-Heran%C3%A7a-Digital.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 3.

¹⁹⁵ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “**Herança Digital**: o Direito da Sucessão do Acervo Digital”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 37.

¹⁹⁶ COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. **Patrimônio Digital**: Reconhecimento e Herança. Recife: Nossa Livraria, 2016. p. 32.

Acerca da importância da inclusão dos referidos bens no âmbito patrimonial, pontua Isabela Lima Rocha:

O patrimônio digital deixado pelo falecido pode representar um valor econômico de tal maneira que venha a interferir na legítima reservada aos herdeiros necessários, isto é, pode significar mais de 50% de todo o patrimônio. Assim, sendo o de cujus dono de um grande site na internet, por exemplo, site este que continua gerando lucro mesmo após a sua morte, estes valores podem representar mais da metade de todo o patrimônio deixado, ficando os herdeiros necessários prejudicados em seu direito à legítima.¹⁹⁷

E, ainda aponta que “O acervo digital deixado não só pode como deve constar da lista de bens que serão repartidos, havendo a necessidade – inclusive – de auferir o valor econômico desses bens, principalmente se eles forem objeto de testamento”.¹⁹⁸

Afirmam Alesandro Gonçalves Barreto e José Anchieta Nery Neto que:

[...] quanto aos bens economicamente valoráveis, indubitavelmente, estes integram o conceito de patrimônio, devendo assim ser alcançados pelo direito de herança [...]. Aqui tanto podemos ter valiosos acervos digitais (inúmeros livros, filmes, músicas) adquiridos pelo usuário, bem como perfis de redes sociais que geram receita mensal ao usuário.¹⁹⁹

Consoante com o ensinamento supracitado, informa Gustavo Santos Gomes Pereira: “Com relação aos bens economicamente apreciáveis, tais como músicas, livros, jogos e filmes, nenhuma discussão há: podem perfeitamente serem transmitidos aos herdeiros, sem necessidade de o autor da herança elaborar qualquer testamento”.²⁰⁰

Da mesma maneira ensina Bruno Zampier:

As musicotecas, videotecas e bibliotecas virtuais devem ser consideradas verdadeiros patrimônios digitais aptas, portanto, a serem transmitidas aos

¹⁹⁷ LIMA, Isabela Rocha. “**Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 34.

¹⁹⁸ LIMA, Isabela Rocha. “**Herança Digital: direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 33.

¹⁹⁹ BARRETO, Alesandro Gonçalves; NERY NETO, José Anchieta. “**Herança Digital**”. Disponível em: <http://direitoeti.com.br/site/wp-content/uploads/2016/03/BARRETO-Alesandro-Gon%C3%A7alves-NERY-NETO-Jos%C3%A9-Anchi%C3%AAta-Heran%C3%A7a-Digital.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021. p. 7.

²⁰⁰ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 44.

herdeiros, como forma de respeito às regras sucessórias, seja por meio de sucessão legítima ou testamentária [...]. Por todas essas razões, há que se ter a possibilidade de sucessão desses ativos com nítido caráter patrimonial.²⁰¹

Insta salientar que, Moisés Fagundes Lara aponta que em outros países os bens digitais já passam a integrar o patrimônio do indivíduo, bem como são transmitidos aos herdeiros: “[...] já ocorre nos países mais desenvolvidos, como a Inglaterra, por exemplo, o patrimônio digital já frequenta a vida social e os tribunais, sendo alvo de ações, inclusive sendo inventariado conjuntamente no patrimônio físico”.²⁰²

Do exposto, percebe-se que na atualidade a internet passa, de maneira gradativa, a adquirir valoração não só intelectual, mas também econômica, demonstrando, cada vez mais, a necessidade/possibilidade de transmissão dos bens constantes no mundo virtual.

Dessa forma, por todo o analisado no presente capítulo, verifica-se que com o advento e a globalização da Internet, a população passou a estar demasiadamente interligada, entrando-se na era da Sociedade da Informação, onde a presença no ambiente virtual tornou-se extremamente importante para os indivíduos. Com a necessidade de estar presente nesse meio, os usuários, por meio de dispositivos eletrônicos, passaram também a constituir bens nesse “novo mundo”, pelo armazenamento/criação de fotos, vídeos, músicas, livros, jogos, entre outros, sendo estes de valoração econômica ou não.

Ante a essa nova roupagem da sociedade, observou-se que o Direito também passou por uma evolução e, almejando trazer segurança jurídica à Sociedade da Informação, constituiu o Direito Digital, que, por meio de norma expressa, analogia e utilização de princípios do direito, já regula grande parte das situações constantes no ambiente virtual. E, acerca do tema central do presente trabalho, viu-se a importância da aplicação da analogia e dos princípios, pois atualmente os bens digitais suscetíveis de valoração econômica do *de cuius* podem ser transmitidos aos seus herdeiros utilizando-se normas constantes na Legislação Civil vigente, bem como os insuscetíveis de tal valoração, consoante regras testamentárias presentes na mesma norma.

²⁰¹ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 132/133.

²⁰² LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 55.

Com o estudo dos pontos supracitados, passa-se a analisar a Lei Civil e regulamentações sobre o Direito Digital, buscando entender quais normas podem ser utilizadas na transmissão do acervo digital do falecido, e, em especial, verificar projetos de lei que tratam, de forma expressa, acerca da Herança Digital.

4 REGULAMENTAÇÃO DO LEGADO DIGITAL NO BRASIL

4.1 LEI 10.406/2002

A Lei 10.406 de 2002 consiste na Legislação Civil atualmente vigente, a qual, além de possuir disposições de Parte Geral – dividida em três livros –, contém cinco livros em sua Parte Especial, os quais disciplinam acerca de assuntos específicos. De acordo com Carlos Roberto Gonçalves o referido Código Civil:

Contém 2.046 artigos e divide-se em: Parte Geral, que trata das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos, e Parte Especial, dividida em cinco livros, com os seguintes títulos, nesta ordem: Direito das Obrigações, Direito da Empresa, Direito das Coisas, Direito de Família, Direito das Sucessões.²⁰³

Consoante com o analisado em capítulos anteriores, o Direito Sucessório, onde é regulamentado o instituto da herança, é abordado no último livro da Parte Especial da Legislação Civil, destacando-se o art. 1.788 de tal norma, o qual disciplina: “Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento [...]”.²⁰⁴

Verifica-se, portanto, que a norma supracitada não trata diretamente sobre herança física ou digital e, de acordo com Maria Adriana Dantas Virgínio:

O Código Civil Brasileiro não disciplina a herança digital nos títulos que dedica ao Direito das Sucessões, isso acarreta a disparidade das decisões judiciais, tendo em vista que os tribunais julgam os casos concretos com base somente

²⁰³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil, v. 1:** Parte Geral. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 19.

²⁰⁴ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 26 mar. 2021. Art. 1.788.

nas normas gerais que regem a matéria, as quais estão dispostas nos artigos 1.784 a 2.027.²⁰⁵

Moisés Fagundes Lara aponta que, mesmo com a ausência de norma específica no Código Civil sobre o assunto, por meio do princípio da Legalidade Ampla pode-se entender que: “[...] a lei garante o direito de herança, não estabelecendo distinção entre bens físicos e digitais, confirma-se assim que no Brasil está assegurado o direito de herança aos bens digitais”.²⁰⁶

Assim, tem-se que a Legislação Civil atual não explana especificamente acerca da Herança Digital, mas que, os artigos que disciplinam sobre a Herança Tradicional – os quais foram visualizados nos primeiros capítulos –, principalmente os que normatizam a sucessão testamentária, podem ser observados e utilizados para que ocorra a transmissão do acervo digital aos herdeiros²⁰⁷, respeitando o direito assegurado ao art. 5º, inc. XXX, da Magna Carta.

Em que pese a ausência de distinção de lei acerca da distinção entre bens físicos e digitais, com o intuito de cessar a omissão do Código Civil em relação à Herança Digital, tramitam alguns Projetos de Lei na Câmara dos Deputados (n. 4.099/2012, 4.847/2012, 8.562/2017 e 3.050/2020) e no Senado Federal (n. 6.468/2019), que visam alterar ou incluir artigos na referida norma, os quais serão vistos nos tópicos seguintes.

4.1.1 Projetos de Lei n. 4.099/2012, 6.468/2019 e 3.050/2020

Almejando-se a inclusão/regulamentação, de maneira expressa, da Herança Digital no Código Civil vigente, os Projetos de Lei 4.099 de 2012, 6.468 de 2019 e 3.050 de 2020 objetivam a alteração do art. 1.788 da referida norma, para que passe a tratar da sucessão do acervo digital deixado pelo *de cuius*²⁰⁸. Acerca da importância

²⁰⁵ VIRGÍNIO, Maria Adriana Dantas. "A Sucessão do Acervo Digital". In: Wikidot. Disponível em: <http://idireitofbv.wikidot.com/sucessaodeacervodigital>. Acesso em: 13 abr. 2021.

²⁰⁶ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 105/106.

²⁰⁷ CASTIGLIONI, Tamires Gomes da Silva; SANTOS, Everton Silva. "Herança Digital: A Transmissão de Bens Virtual". In: Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/4805>. Acesso em: 13 abr. 2021. p. 6.

²⁰⁸ GRECO, Pedro Teixeira Pinos. "Sucessão de Bens Digitais: Quem Tem Medo do Novo?". Disponível em: <https://digital.iabnacional.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Sucess%C3%A3o-de-Bens-Digitais-Quem-tem-Medo-do-Novo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021. p. 2.

da elaboração de Projetos de Lei com a citada intenção, justifica Moisés Fagundes Lara:

Os ativos digitais são valores emocionais e econômicos. Tendo em vista a ausência de legislação que regulamente diretamente a sucessão digital no Brasil, torna-se muito importante o planejamento minucioso por parte dos usuários das redes sociais sobre o destino daqueles ativos após a morte.²⁰⁹

Atualmente o artigo que se busca complementação, possui somente o *caput*, com a seguinte redação:

Art. 1.788. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.²¹⁰

O Projeto de Lei 4.099 de 2012 é de autoria do agora Senador Jorginho de Mello e visa a inclusão de parágrafo único na norma supracitada, a fim de abordar a transmissão do acervo digital aos herdeiros no ordenamento jurídico atual²¹¹, nos presentes termos:

Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta lei altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, a fim de dispor sobre a sucessão dos bens e contas digitais do autor da herança.

Art. 2.º. O art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1.788.....

Parágrafo único. Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança”. (NR)

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.²¹²

²⁰⁹ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 106.

²¹⁰ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 26 mar. 2021. Art. 1.788.

²¹¹ ANTUNES, Nathália Zampieri; ZAMPIERI, Marcelo Carlos. **"A Herança Digital e sua Necessidade de Implementação no Processo de Modernização do Ordenamento Jurídico Brasileiro"**. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-heranca-digital-e-sua-necessidade-de-implementacao-no-processo-de-modernizacao-do-ordenamento-juridico-brasileiro.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 4.

²¹² BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.099, de 2012**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01o5b0pbysit0pwi5qub8t78yg10135793.node0?codteor=1004679&filename=PL+4099/2012. Acesso em: 15 abr. 2021. p. 1.

Para Gustavo Santos Gomes Pereira: “O referido Projeto de Lei pode ser classificado como um daqueles que, ao invés de positivar novas regras, apenas adapta institutos já existentes aos problemas jurídicos emergentes na era digital”²¹³.

Tal Projeto fundamenta-se, pois a Legislação Civil precisa adaptar-se ao novo estilo de viver da sociedade, amparando e trazendo segurança jurídica não só aos usuários do meio virtual, mas juntamente aos seus sucessores. Assim, em justificção do Projeto de Lei, explana Jorginho Mello:

O Direito Civil precisa ajustar-se às novas realidades geradas pela tecnologia digital, que agora já é presente em grande parte dos lares. Têm sido levadas aos Tribunais situações em que as famílias de pessoas falecidas desejam obter acesso a arquivos ou contas armazenadas em serviços de internet e as soluções tem sido muito díspares, gerando tratamento diferenciado e muitas vezes injustos em situações assemelhadas. É preciso que a lei civil trate do tema, como medida de prevenção e pacificação de conflitos sociais. O melhor é fazer com que o direito sucessório atinja essas situações, regularizando e uniformizando o tratamento, deixando claro que os herdeiros receberão na herança o acesso e total controle dessas contas e arquivos digitais.²¹⁴

Em complementação à justificativa trazida pelo Deputado, Thais Donato Biguelini indica que o Projeto: “[...] esclarece que em casos de morte do titular da conta, seus familiares e herdeiros que desejem encerrar essa conta, e diante dos diversos casos de transtornos que a situação gera a este, têm recorrido ao judiciário para obter seus direitos”²¹⁵. A mesma informa que “supre a falta de normativas legislativas, especificando expressamente um direito para facilitar essa transferência do domínio”.²¹⁶

Marco Aurélio de Farias Costa Filho pontua que o Projeto de Lei:

[...] visa garantir aos herdeiros a transmissão de todos os conteúdos e arquivos digitais, através da modificação do art. 1.788 do Código Civil para que bens digitais, assim como o acesso ao conteúdo armazenado em contas

²¹³ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 84.

²¹⁴ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.099, de 2012**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01o5b0pbysit0pwi5qub8t78yg10135793.node0?codteor=1004679&filename=PL+4099/2012. Acesso em: 15 abr. 2021. p. 2.

²¹⁵ BIGUELINI, Thais Donato. “**Herança Digital: Sucessão do Patrimônio Cibernético**”. In: UNIJUÍ. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5674>. Acesso em: 15 de abr. 2021. p. 37.

²¹⁶ BIGUELINI, Thais Donato. “**Herança Digital: Sucessão do Patrimônio Cibernético**”. In: UNIJUÍ. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5674>. Acesso em: 15 de abr. 2021. p. 38.

e e-mails e redes sociais titularizadas pelo de cujus, sejam incluídos na sucessão.²¹⁷

No mesmo sentido, Gustavo Santos Gomes Pereira:

O que pretende fazer o Projeto de Lei n. 4099/2012, portanto, é assegurar aos herdeiros a transmissão de todos os conteúdos de contas e arquivos digitais de titularidade do de cujus caso inexista testamento. Dito de outra forma, o que pretende o referido Projeto de Lei é fazer com que a sucessão de bens digitais ocorra como a de qualquer outro bem tangível, que não precisa de testamento para que se deixe clara sua aptidão para sucessão.²¹⁸

Explica Flávio Tartuce que o Projeto: “[...] procura tratar da herança digital no âmbito da sucessão legítima, atribuindo-a aos herdeiros do falecido, que terão total liberdade quanto à sua gestão e destino”.²¹⁹

Nessa acepção, Nathália Zampieri Antunes e Marcelo Carlos Zampieri: “Se aprovado, o Projeto de Lei n. 4.099-A, de 2012 prioritariamente assegurará o direito dos familiares em gerir os bens deixados por meio da herança digital”²²⁰. E, destacando sua importância, discorrem que com a aprovação:

[...] haverá um enorme progresso na matéria de proteção e garantia de repasse aos herdeiros desses bens digitais, também chamados de ativos digitais, que são todos os arquivos e bens que podem ser armazenados na rede, sendo que o conceito envolve tanto aqueles armazenados em nuvens quando nos mais variados tipos de servidores que encontramos na internet, como por exemplo, aplicativos famosos como o Google Drive, iTunes Match, DropBox, Sky Drive, e Amazon, além de garantir também a preservação e segurança de contas de e-mail e redes sociais, facilitando, finalmente, a transmissão dos bens e dados para seus herdeiros após o falecimento.²²¹

²¹⁷ COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. p. 37/38.

²¹⁸ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 85/86.

²¹⁹ TARTUCE, Flávio. **“Herança Digital e Sucessão Legítima. Primeiras Reflexões”**. In: Flávio Tartuce. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/3>. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 5.

²²⁰ ANTUNES, Nathália Zampieri; ZAMPIERI, Marcelo Carlos. **“A Herança Digital e sua Necessidade de Implementação no Processo de Modernização do Ordenamento Jurídico Brasileiro”**. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-heranca-digital-e-sua-necessidade-de-implementacao-no-processo-de-modernizacao-do-ordenamento-juridico-brasileiro.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 4.

²²¹ ANTUNES, Nathália Zampieri; ZAMPIERI, Marcelo Carlos. **“A Herança Digital e sua Necessidade de Implementação no Processo de Modernização do Ordenamento Jurídico Brasileiro”**. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-heranca-digital-e-sua-necessidade-de-implementacao-no-processo-de-modernizacao-do-ordenamento-juridico-brasileiro.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 6.

Ainda sobre os impactos que traria sua aprovação, discorrem Cristiane Penning Pauli de Menezes e Fernanda Rodrigues:

[...] não restam dúvidas quanto a sua importância e de que como a sua aprovação seria imprescindível como um marco inicial do avanço da legislação brasileira no tocante à herança digital, assunto este que ganhara extrema relevância na sociedade contemporânea [...].²²²

Acerca da tramitação do Projeto de Lei, no dia 25 de setembro de 2013, este fora aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo que, após ir ao Senado Federal para análise, encontra-se arquivado desde então²²³. Sobre esse processo, discorre Gustavo Santos Gomes Pereira:

A redação final do Projeto de Lei 4.099/2012 foi aprovada em 25 de outubro de 2013 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, atualmente, encontra-se no Senado Federal para apreciação, por meio de remessa datada do dia 02 de outubro de 2013.²²⁴

Por sua vez, o Projeto de Lei 6.468 de 2019, também de autoria do Senador Jorginho de Mello e igualmente arquivado, possui a mesma pretensão do Projeto de Lei anterior, ou seja, visa a implementação da transmissão do acervo digital do *de cuius* dentro do art. 1.788 do Código Civil²²⁵. Com essa igualdade, a justificativa de ambos acaba por ser idêntica, explicando o Senador que:

Este projeto de lei foi apresentado por mim na Câmara dos Deputados em julho de 2012, tendo sido aprovado por aquela casa no dia 25 de setembro de 2013. A matéria veio ao Senado Federal para a sua análise, porém acabou sendo arquivada por conta do final da legislatura. Desta forma, reapresento este importante projeto de lei a fim de que o Senado Federal possa analisá-lo.²²⁶

²²² MENEZES, Cristiane Penning Pauli de; RODRIGUES, Fernanda. **"A Emergente Necessidade de Ampliação do Direito Sucessório Frente ao Nascimento e Reconhecimento da Herança Digital no Direito Brasileiro"**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/6-16.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 10.

²²³ SE OH, Isabel. **"Herança Digital sob a Perspectiva do Patrimônio Privado: Análise do Projeto de Lei n. 4.099/2012 Conforme as Regras Sucessórias Brasileiras"**. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18829/1/2017_IsabelSeOh.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 36/37.

²²⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 85.

²²⁵ RODRIGUES, Ezyle. **"Herança Digital: o que devemos saber sobre ela?"**. In: Jusbrasil. Disponível em: <https://ezyle13.jusbrasil.com.br/artigos/935889701/heranca-digital-o-que-devemos-saber-sobre-ela>. Acesso em: 16 abr. 2021.

²²⁶ BRASIL, Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.468, de 2019**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8056437&ts=1613670067443&disposition=inline>. Acesso em: 16 abr. 2021. p. 3.

Ainda, sobre o mesmo artigo de lei com a mesma intenção de inclusão de parágrafo único com tal redação, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 3.050/2020, de autoria do deputado Gilberto Abramo, com a seguinte justificção:

Há no Judiciário diversos casos que aguardam decisões nesse sentido, situações em que familiares dos falecidos desejam obter acesso a arquivos ou contas armazenadas em serviços de internet. É preciso que a lei civil trate do tema, como medida de prevenção e pacificação de conflitos sociais e compete ao Poder Público, e nós enquanto legisladores viabilizar formas de melhor aplicabilidade da herança digital.²²⁷

Consoante com a citada justificativa, Júlia Venas Oliveira diz que este Projeto:

[...] visa incluir no Código Civil o direito a herança digital, onde serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos, contas e arquivos digitais do autor da herança. O projeto possui justificativa de normatizar o direito a herança digital pelo fato da mesma ser uma tendência nos próximos anos.²²⁸

Gabrielle Constantino aponta que: "Com a eventual aprovação do PL nº 3050/2020, haverá norma expressa e clara a respeito da transmissão de patrimônio digital"²²⁹. Informando, ainda, que com a norma devidamente expressa "[...] os herdeiros de bens digitais não precisarão ingressar com ações judiciais extensas e caras para que possam ser reconhecidos os seus direitos sucessórios".²³⁰

Atualmente, dos Projetos de Lei citados, o PL 3.050/2020 é o único em andamento – já que, como visto, os Projetos de Lei 4.099/2012 e 6.468/2019 encontram-se arquivados –, estando aguardando designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

²²⁷ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.050, de 2020**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0d1yehscc4fqnz8s1640f9ka11826250.node0?codteor=1899763&filename=PL+3050/2020. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 1/2.

²²⁸ OLIVEIRA, Júlia Venas. "**A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cujus**". Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 17.

²²⁹ CONSTANTINO, Gabrielle. "**O PL n. 3050/2020 e seus Efeitos no Direito Sucessório Brasileiro em Caso de Aprovação**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://gconstantino.jusbrasil.com.br/artigos/925797069/o-pl-n-3050-2020-e-seus-efeitos-no-direito-sucessorio-brasileiro-em-caso-de-aprovacao>. Acesso em: 19 abr. 2021.

²³⁰ CONSTANTINO, Gabrielle. "**O PL n. 3050/2020 e seus Efeitos no Direito Sucessório Brasileiro em Caso de Aprovação**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://gconstantino.jusbrasil.com.br/artigos/925797069/o-pl-n-3050-2020-e-seus-efeitos-no-direito-sucessorio-brasileiro-em-caso-de-aprovacao>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Conclui-se, então, que estes três Projetos de Lei possuem a mesma pretensão, qual seja: a inclusão, no art. 1.788 da Legislação Civil, de parágrafo único versando, expressamente, sobre a transmissão do acervo digital do *de cujus* aos seus sucessores. Portanto, almejam trazer segurança jurídica (*post mortem*) ao usuário da Internet, deixando claro que, em caso de falecimento, seus bens constantes no ambiente virtual serão devidamente amparados e transmitidos, o que poderá ocorrer com fundamentação no art. 1.788, parágrafo único, do Código Civil.

4.1.2 Projetos de Lei n. 4.847/2012 e 8.562/2017

Ainda na esfera da Lei 10.406/2012, os Projetos de Lei 4.847 de 2012 e 8.562 de 2017, objetivam acrescentar à referida norma o Capítulo II-A – intitulado como “Da Herança Digital” –, com os artigos 1.797-A à 1.797-C²³¹. Atualmente o art. 1.797²³² do Código Civil não possui extensões e encontra-se no Livro V – o qual, como visto, trata do direito sucessório –, Capítulo II, disciplinando acerca da administração da herança.

A única diferença entre estes Projetos de Lei, é que o n. 4.847 de 2012 foi proposto pelo deputado Marçal Filho, enquanto quem propôs o n. 8.562 de 2017 fora Elizeu Dionizio – na época deputado –. Assim, ambos contam as mesmas disposições, quais sejam:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas a respeito da herança digital.
 Art. 2º Fica acrescido o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com a seguinte redação:
 Capítulo II-A
 Da Herança Digital
 “Art. 1.797-A. A herança digital defere-se como o conteúdo intangível do falecido, tudo o que é possível guardar ou acumular em espaço virtual, nas condições seguintes:
 I – Senhas;
 II – Redes sociais;
 III – Contas da Internet;
 IV – Qualquer bem e serviço virtual e digital de titularidade do falecido.
 Art. 1.797-B. Se o falecido, tendo capacidade para testar, não o tiver feito, a herança será transmitida aos herdeiros legítimos.
 Art. 1.797-C. Cabe ao herdeiro:
 I - Definir o destino das contas do falecido;

²³¹ BIGUELINI, Thais Donato. “Herança Digital: Sucessão do Patrimônio Cibernético”. In: UNIJUÍ. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5674>. Acesso em: 10 abr. 2021. p. 38.

²³² BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 19 abr. 2021. Art. 1.797.

- a) - transformá-las em memorial, deixando o acesso restrito a amigos confirmados e mantendo apenas o conteúdo principal ou;
- b) - apagar todos os dados do usuário ou;
- c) - remover a conta do antigo usuário”.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.^{233 234}

E, são justificados da seguinte maneira:

[...] No Brasil, esse conceito de herança digital ainda é pouco difundido. Mas é preciso uma legislação apropriada para que as pessoas ao morrerem possam ter seus direitos resguardados a começar pela simples decisão de a quem deixar a senha de suas contas virtuais e também o seu legado digital. Quando não há nada determinado em testamento, o Código Civil prioriza familiares da pessoa que morreu para definir herdeiros. Dessa forma, o presente Projeto de Lei pretende assegurar o direito dos familiares em gerir o legado digital daqueles que já se foram.^{235 236}

Acerca do rol apresentado nos incisos do pretendido art. 1.797-A, explica Flávio Tartuce: “Há, assim, a previsão de um rol meramente exemplificativo dos bens que compõe o acervo, o que não exclui outros, como os contatos, as fotos e os textos construídos pelo *de cuius*”.²³⁷

Thais Donato Biguelini pontua que:

[...] o Projeto de Lei 4.847/2012, conceitua o que é herança digital. Elenca, ainda, vários tipos de arquivos que são abrangidos pela mesma, deixando que na ausência de testamento, tais bens se transferem aos sucessores do falecido e que seus sucessores determinariam o destino do acervo digital.²³⁸

²³³ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.847, de 2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01rfknxg95o9m97cid2eh50yw112143011.node0?codteor=1049733&filename=PL+4847/2012. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 1/2.

²³⁴ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.562, de 2017**. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1596819&filename=PL+8562/2017. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 1/2.

²³⁵ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.847, de 2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01rfknxg95o9m97cid2eh50yw112143011.node0?codteor=1049733&filename=PL+4847/2012. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 2.

²³⁶ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.562, de 2017**. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1596819&filename=PL+8562/2017. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 1/2.

²³⁷ TARTUCE, Flávio. “**Herança Digital e Sucessão Legítima. Primeiras Reflexões**”. In: Flávio Tartuce. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/3>. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 4.

²³⁸ BIGUELINI, Thais Donato. “**Herança Digital: Sucessão do Patrimônio Cibernético**”. In: UNIJUÍ. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5674>. Acesso em: 10 abr. 2021. p. 39.

No mesmo sentido, Gabriella Francisconi explica que o Projeto de Lei 4.847/2012:

[...] opta por criar um capítulo exclusivo para tratar da herança digital, conceituando-a e elencando um rol de arquivos que estariam inclusos na mesma, determinando, entretanto, que na ausência de uma disposição testamentária os bens deveriam ser transferidos aos herdeiros e estes determinariam o futuro do acervo digital do falecido.²³⁹

Moisés Fagundes Lara afirma que o Projeto 4.847/2012: “[...] parece mais completo, abrangendo a totalidade dos bens digitais de uma pessoa, pelo menos nessa atual fase de desenvolvimento tecnológico em que nos encontramos [...]”.²⁴⁰

Porém, o referido Projeto – 4.847/2012 –, atualmente encontra-se arquivado, conforme ensina Isabel Se Oh:

[...] após apensado ao PL 4.099/2012 e recebimento pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o projeto foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 163 c/c 164, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os quais versam sobre a prejudicialidade da discussão em caso de existência de matéria idêntica ou semelhante, cabendo o arquivamento definitivo pelo Presidente da Câmara, caso a proposição seja dada como prejudicada. Desta forma, prosseguiu a tramitação somente o PL 4.099/2012 [...].²⁴¹

Sendo que, ante o seu arquivamento, fora proposto o Projeto de Lei n. 8.562/2017, que está igualmente arquivado, tendo em vista o seu apensamento ao Projeto de Lei n. 7.742/2017²⁴², o qual será a seguir analisado.

Ante o exposto, verifica-se que estes dois Projetos de Lei almejavam incluir na Legislação Civil vigente um capítulo exclusivo para disciplinar a Herança Digital, com a apresentação de um rol exemplificativo acerca de quais bens poderiam/deveriam estar inclusos no acervo virtual a ser transferido aos sucessores do *de cuius*.

²³⁹ FRANCISCONI, Gabriella. "O Direito Sucessório do Patrimônio Virtual". In: RIUNI. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/6784>. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 46.

²⁴⁰ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 111.

²⁴¹ SE OH, Isabel. "**Herança Digital sob a Perspectiva do Patrimônio Privado**: Análise do Projeto de Lei n. 4.099/2012 Conforme as Regras Sucessórias Brasileiras". Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18829/1/2017_IsabelSeOh.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 35/36.

²⁴² SOUZA, Nathalia Caroline Lucas de; NOGUEIRA, Brenda Assis. "**Herança Digital**: amparo na destinação do conteúdo digital pós morte". In: Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/54927/heranca-digital-amparo-na-destinacao-do-conteudo-digital-ps-mortem>. Acesso em: 19 abr. 2021.

4.2 MARCO CIVIL DA INTERNET E O PROJETO DE LEI N. 7.742/2017

Com a Era da Sociedade da Informação, onde a utilização da Internet tornou-se algo demasiadamente usual e comum, nasceu a necessidade de regulamentação da utilização desse meio. No Brasil, com o objetivo de trazer segurança jurídica aos usuários da Internet, tutelando situações advindas do ambiente virtual, na data de 23 de abril de 2014, promulgou-se a Lei n. 12.965, popularmente conhecida como Marco Civil da Internet²⁴³. Sobre a criação desta Lei, aponta Gustavo Santos Gomes Pereira que:

A promulgação do Marco Civil da Internet se fazia necessária não apenas pela ausência de lei que regulasse diretamente as situações jurídicas decorrentes do uso da Internet no Brasil. Ela se fez imperiosa também pela deficiência das leis que já existiam em tutelar de forma satisfatória as inusitadas situações geradas pelo uso da Internet.²⁴⁴

Atualmente, a Lei 12.965/2014, conta com 32 artigos, estando disciplinada em cinco capítulos²⁴⁵, conforme ensina Bruno de Matos Bertasso:

Capítulo I – trata dos objetivos, fundamentos e conceitos que norteiam a lei; Capítulo II – elenca direitos dos usuários e aspectos referentes ao exercício da cidadania; Capítulo III – aborda itens relacionados aos danos decorrentes de ações da Internet, histórico de registros, tráfego de dados, privacidade, entre outros itens; Capítulo IV – define a atuação do poder público e as atribuições para incentivo cultural, padronização de tecnologias, desenvolvimento da Internet no país, bem como regras para os sites públicos; Capítulo V – traz as disposições finais.²⁴⁶

Para Moisés Fagundes Lara: “O Marco Civil da Internet estabelece princípios e regras básicas para o uso da Internet no Brasil; é, sem dúvidas, a chamada Constituição da Internet [...]”²⁴⁷. Nesse sentido, afirma Vera Karasinski: “[...] o Marco

²⁴³ FRANCISCONI, Gabriella. "O Direito Sucessório do Patrimônio Virtual". In: RIUNI. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/6784>. Acesso em: 19 abr. 2021. p. 33.

²⁴⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 32.

²⁴⁵ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 33.

²⁴⁶ BERTASSO, Bruno de Matos. "**Bens Digitais em Serviço de Computação em Nuvem e o Direito de Sucessão**". Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 51.

²⁴⁷ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 120.

Civil da Internet é uma legislação que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil”.²⁴⁸

Igualmente, Marco Aurélio de Farias Costa Filho: “[...] o chamado “marco civil da internet”, a Lei 12.965 de 23 de abril de 2014, trata da internet como um todo, estabelecendo sólida base principiológica para lidar com certas indagações provenientes da herança digital”²⁴⁹. Ensinamentos consoantes com o disposto no art. 1º da referida Lei, veja-se: “Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria”.²⁵⁰

Os referidos princípios apontados, estão presentes, de forma expressa, especialmente, no art. 3º da norma, o qual estabelece:

Art. 3º. A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:
 I - Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;
 II - Proteção da privacidade;
 III - Proteção dos dados pessoais, na forma da lei;
 IV - Preservação e garantia da neutralidade de rede;
 V - Preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;
 VI - Responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;
 VII - Preservação da natureza participativa da rede;
 VIII - Liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.
 Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.²⁵¹

Em relação ao artigo supracitado, Moisés Fagundes Lara informa: “Tais princípios deverão ser respeitados por todas as legislações subsequentes [...]”. O autor continua ensinando que:

²⁴⁸ KARASINSKI, Vera. “**Como fica a internet brasileira com a aprovação do Marco Civil da Internet?**”. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/projeto-de-lei/54490-internet-brasileira-aprovacao-marco-civil-internet.htm>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁴⁹ COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016. p. 39.

²⁵⁰ BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 21 abr. 2021. Art. 1º.

²⁵¹ BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 21 abr. 2021. Art. 3º.

O princípio de Proteção da Privacidade e dos dados pessoais do indivíduo, trazido nos incisos II e III do referido art. 3º da Lei, nos informa que o legislador quis colocar a salvo todas as informações relacionadas à privacidade das pessoas, bem como seus dados pessoais.²⁵²

Assim, observa-se que: “O Marco Civil da Internet baseia-se em três pilares, que são: privacidade, liberdade de expressão e neutralidade”²⁵³. Além de, em seu art. 7º, prever certos direitos inerentes aos usuários do ambiente virtual, sendo alguns deles:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - Inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

II - Inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;

III - Inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;

IV - Não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;

V - Manutenção da qualidade contratada da conexão à internet;

VI - Informações claras e completas constantes dos contratos de prestação de serviços, com detalhamento sobre o regime de proteção aos registros de conexão e aos registros de acesso a aplicações de internet, bem como sobre práticas de gerenciamento da rede que possam afetar sua qualidade;

VII - Não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei [...].²⁵⁴

Sobre o art. 7º e demais normas constantes no Marco Civil da Internet, discorre Thabata Filizola Costa:

Sua criação teve importância ímpar na regulação das relações digitais, especialmente no que tange a: inclusão digital (art. 27); exigência de neutralidade da rede (art. 9º), evitando, assim, a discriminação da informação; proteção à intimidade e ao sigilo dos dados (art. 7º, I, II, III), inclusive com a exigência de consentimento expresso do usuário para a coleta, o uso, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais (art. 7º, IX); e garantia da

²⁵² LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 122.

²⁵³ BERTASSO, Bruno de Matos. “**Bens Digitais em Serviço de Computação em Nuvem e o Direito de Sucessão**”. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 51.

²⁵⁴ BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 21 abr. 2021. Art. 7º.

liberdade de expressão, como fundamento do uso da Internet no Brasil (art. 2º).²⁵⁵

Acerca de sua relevância no ordenamento jurídico, destaca Guilherme Cardoso Teixeira: “[...] o MCI foi desenvolvido como um regulamentador, legalmente falando, das atividades no meio eletrônico. Para o Direito Digital no Brasil, foi um começo, pois, até então, as relações na internet eram tratadas por legislações não específicas”.²⁵⁶

Porém, mesmo com a ampla importância do Marco Civil da Internet, estabelecendo direitos, princípios e deveres ligados à utilização da Internet ao longo de seus 32 artigos, a presente Lei nada dispõe acerca da transmissão dos bens digitais em caso de falecimento do usuário²⁵⁷, é o que afirma Bruno Zampier:

Perpassando-se por todos os artigos da Lei 12.965/2014, não é encontrado nenhum dispositivo que se refira direta ou indiretamente a eventual conceito de ativos digitais, seu destino, o respeito à autonomia privada e o direito dos familiares em caso de morte e incapacidade.²⁵⁸

Gustavo Santos Gomes Pereira também aduz sobre o ponto omissivo:

[...] deixou a Lei n. 12.965/2014 de contemplar questões cuja regulamentação se faz imperiosa nos nossos dias, tão marcados pela vida digitalmente ativa. Em plena era de armazenamento de bens em meio digital, situação que suscita diversos questionamentos de natureza sucessória, deixou o Marco Civil da Internet de sequer fazer menção a tal questão jurídica, menos ainda de oferecer orientação de solução da celeuma que se instaurou sobre o tema. Em outras palavras, sequer “preparou o terreno” para receber, em solo brasileiro, a herança digital [...].²⁵⁹

Objetivando sanar a demonstrada omissão, o deputado Alfredo Nascimento propôs, no ano de 2017, o Projeto de Lei 7.742, com a pretensão de incluir ao Marco

²⁵⁵ COSTA, Thabata Filizola. "**A Importância do Marco Civil da Internet**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://thabatafc.jusbrasil.com.br/artigos/313088224/a-importancia-do-marco-civil-da-internet>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁵⁶ TEIXEIRA, Guilherme Cardoso. "**O Papel Social da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil**". Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/9827/Monografia%20Guilherme%20Cardoso%20Teixeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 24.

²⁵⁷ COMINI, Anna Izadora Ramos. "**O Direito à Herança Digital em Relação aos Bens Digitais Incorpóreos à Luz do Código Civil Brasileiro**". Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 180.

²⁵⁸ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 197.

²⁵⁹ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 38/39.

Civil da Internet, o art. 10-A, dispendo acerca do destino das contas virtuais do usuário após o seu falecimento²⁶⁰. Nos seguintes termos:

Art. 1º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

Art. 10-A. Os provedores de aplicações de internet devem excluir as respectivas contas de usuários brasileiros mortos imediatamente após a comprovação do óbito.

§ 1º A exclusão dependerá de requerimento aos provedores de aplicações de internet, em formulário próprio, do cônjuge, companheiro ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive.

§ 2º Mesmo após a exclusão das contas, devem os provedores de aplicações de internet manter armazenados os dados e registros dessas contas pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data do óbito, ressalvado requerimento cautelar da autoridade policial ou do Ministério Público de prorrogação, por igual período, da guarda de tais dados e registros.

§ 3º As contas em aplicações de internet poderão ser mantidas mesmo após a comprovação do óbito do seu titular, sempre que essa opção for possibilitada pelo respectivo provedor e caso o cônjuge, companheiro ou parente do morto indicados no caput deste artigo formule requerimento nesse sentido, no prazo de um ano a partir do óbito, devendo ser bloqueado o seu gerenciamento por qualquer pessoa, exceto se o usuário morto tiver deixado autorização expressa indicando quem deva gerenciá-la.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na da data de sua publicação.²⁶¹

Ou seja, o Projeto de Lei n. 7.742/2017 tinha a intenção de, após um ano do falecimento do usuário, excluir suas contas, assim como os dados armazenados por ele, ou, caso requerida e com o bloqueio de gerenciamento, permitia a manutenção das contas por seus familiares, no mesmo prazo de um ano. Sendo que, havendo expressa previsão pelo *de cujus*, a pessoa indicada poderia gerenciá-las.²⁶²

²⁶⁰ PINTO, João Pedro de Oliveira; RODRIGUES, Fernanda; MENEZES, Cristiane Penning Pauli. "A Transferência Sucessória da Herança Digital: uma análise das políticas internas da rede social Instagram". Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2020/04/a-transferencia-sucessoria-da-heranca-digital-uma-analise-das-politicas-internas-da-rede-social-instagram.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 8.

²⁶¹ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.742, de 2017**. Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), a fim de dispor sobre a destinação das contas de aplicações de internet após a morte de seu titular. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01b4gcbs39nq4wot5rdprdaub213903482.node0?codteor=1564285&filename=PL+7742/2017. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 1.

²⁶² OLIVEIRA, Júlia Venas. "A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cujus". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 17.

É o que explana Flávio Tartuce, justificando que mesmo que a regra seja “[...] a exclusão imediata dos conteúdos após a comprovação do óbito, tal prerrogativa é atribuída aos familiares do de cuius, como se retira do § 1º”.²⁶³

Em relação a justificativa do Projeto, o deputado proponente elencou alguns pontos, como:

[...] por conta da grande popularização desse fenômeno, que pode chegar à quantidade de 30% de pessoas no mundo detentoras de perfis em redes sociais, parte considerável das pessoas no Planeta acabam deixando perfis acessíveis por longo tempo nas redes sociais, mesmo depois de mortas, levando com que seus parentes e entes queridos mais próximos deparem, mesmo que involuntariamente, com esses perfis, situação essa que, muitas vezes, tem o poder de causar-lhes enormes dor e sofrimento.²⁶⁴

Ocorre que, na data de 31 de janeiro de 2019, o referido Projeto fora arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados²⁶⁵, não havendo novo Projeto de Lei visando a inclusão de regulamentação sobre a herança digital no Marco Civil da Internet. Com isso, constata-se que mesmo que a Lei 12.965/2014 tenha sido um grande passo para o ordenamento jurídico brasileiro, trazendo princípios, direitos e deveres para o uso da Internet, visualiza-se que esta foi omissa quando ao direito sucessório ligado aos bens constituídos no ambiente virtual.

4.3 PROJETO DE LEI N. 1.144/2021

O Projeto de Lei n. 1.144 de março de 2021 é o mais atual a tratar acerca do acervo digital do *de cuius*, sendo de autoria da deputada federal Renata Hellmeister de Abreu. Ele objetiva não só a alteração de artigos do Código Civil, mas também o acréscimo de disposições no Marco Civil da Internet.

²⁶³ TARTUCE, Flávio. “Herança Digital e Sucessão Legítima. Primeiras Reflexões”. In: Flávio Tartuce. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/3>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 5.

²⁶⁴ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.742, de 2017**. Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), a fim de dispor sobre a destinação das contas de aplicações de internet após a morte de seu titular. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01b4gcbs39nq4wot5rdprdaub213903482.node0?codteor=1564285&filename=PL+7742/2017. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 1.

²⁶⁵ PINTO, João Pedro de Oliveira; RODRIGUES, Fernanda; MENEZES, Cristiane Penning Pauli. “**A Transferência Sucessória da Herança Digital: uma análise das políticas internas da rede social Instagram**”. Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2020/04/a-transferencia-sucessoria-da-heranca-digital-uma-analise-das-politicas-internas-da-rede-social-instagram.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 8.

Tratando-se da Legislação Civil, especificamente da sua Parte Geral, em seu Livro I – Das Pessoas –, o referido Projeto de Lei objetiva a alteração nos artigos 12 e 20, os quais dispõe atualmente:

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.²⁶⁶

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Vide ADIN 4815)

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.²⁶⁷

Se aprovado, o Projeto de Lei 1.144/2021, fará com que os parágrafos únicos dos artigos supracitados passe, a disciplinar que qualquer pessoa, possuindo o legítimo interesse, possa realizar a conduta estipulada em seus *caputs*, veja-se:

[...] Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge ou o companheiro sobrevivente, parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, ou qualquer pessoa com legítimo interesse.” (NR)

“Art. 20.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção as pessoas indicadas no parágrafo único do art. 12.” (NR) [...].²⁶⁸

²⁶⁶ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 11 mai. 2021. Art. 12.

²⁶⁷ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 11 mai. 2021. Art. 20.

²⁶⁸ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.144, de 2021**. Dispõe sobre os dados pessoais inseridos na internet após a morte do usuário. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01aju2svwg9n5ljto5i uqb3cr013211903.node0?codteor=1982887&filename=PL+1144/2021. Acesso em: 11 mai. 2021. p. 1.

No tocante à Parte Especial do Código Civil, o presente Projeto de Lei tem a pretensão de, no Livro V – Do Direito das Sucessões –, fazer incluir o art. 1.791-A, nos seguintes termos:

[...] Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...] “Art. 1.791-A. Integram a herança os conteúdos e dados pessoais inseridos em aplicação da Internet de natureza econômica.

§ 1º Além de dados financeiros, os conteúdos e dados de que trata o caput abrangem, salvo manifestação do autor da herança em sentido contrário, perfis de redes sociais utilizados para fins econômicos, como os de divulgação de atividade científica, literária, artística ou empresária, desde que a transmissão seja compatível com os termos do contrato.

§ 2º Os dados pessoais constantes de contas públicas em redes sociais observarão o disposto em lei especial e no Capítulo II do Título I do Livro I da Parte Geral.

§ 3º Não se transmite aos herdeiros o conteúdo de mensagens privadas constantes de quaisquer espécies de aplicações de Internet, exceto se utilizadas com finalidade exclusivamente econômica” [...].²⁶⁹

Por sua vez, no Marco Civil da Internet, a intenção é de incluir na Lei 12.965/2014 o art. 10-A, com a consecutiva disposição:

[...] Art. 3º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. Os provedores de aplicações de internet devem excluir as contas públicas de usuários brasileiros mortos, mediante comprovação do óbito, exceto se:

I – houver previsão contratual em sentido contrário e manifestação do titular dos dados pela sua manutenção após a morte;

II – na hipótese do § 1º do art. 1.791-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1º O encarregado do gerenciamento de contas não poderá alterar o conteúdo de escritos, imagens e outras publicações ou ações do titular dos dados, tampouco terá acesso ao conteúdo de mensagens privadas trocadas com outros usuários, ressalvado o disposto no § 3º do art. 1.791-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 2º Os legitimados indicados no parágrafo único do art. 12 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), poderão pleitear a exclusão da conta, em caso de ameaça ou lesão aos direitos de personalidade do titular dos dados.

§ 3º Mesmo após a exclusão das contas, devem os provedores de aplicações manter armazenados os dados e registros dessas contas pelo prazo de 1 (um) ano a partir da data do óbito, ressalvado requerimento em sentido contrário, na forma do art. 22” [...].²⁷⁰

²⁶⁹ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.144, de 2021**. Dispõe sobre os dados pessoais inseridos na internet após a morte do usuário. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01aju2svwg9n5ljto5i uqb3cr013211903.node0?codteor=1982887&filename=PL+1144/2021. Acesso em: 11 mai. 2021. p. 1.

²⁷⁰ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.144, de 2021**. Dispõe sobre os dados pessoais inseridos na internet após a morte do usuário. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01aju2svwg9n5ljto5i uqb3cr013211903.node0?codteor=1982887&filename=PL+1144/2021. Acesso em: 11 mai. 2021. p. 2.

Para todas essas alterações/inclusões, a deputada federal fundamenta o presente Projeto de Lei discorrendo que:

As mudanças sociais operadas pela incessante inovação tecnológica apresentam os mais diversos desafios coletivos e individuais. Os dados pessoais inseridos na rede tornam-se preciosa informação a direcionar publicidade, permitir troca de conhecimentos e a conexão de pessoas. Surgem novas formas de se relacionar, novas maneiras de estar no mundo, de compreendê-lo, de interpretá-lo. Nessa seara, há mesmo quem cogite da existência de um corpo eletrônico, constituído pelos dados disponibilizados na rede.²⁷¹

Este Projeto de Lei segue em andamento, sendo que, na data de 11 de maio de 2021, fora apensado ao Projeto de Lei 3.050 de 2020 – anteriormente já tratado – . Seu diferencial é que não busca a alteração de somente uma Legislação, mas sim do Código Civil, tanto em sua Parte Geral, quanto sua Parte Especial, mas também do Marco Civil da Internet. Ou seja, se aprovado, fará constar o tema da Herança Digital, de forma expressa/específica, nestas duas Leis.

4.4 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados, consiste na Norma n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 – possuindo 65 artigos, sendo dividida em 10 capítulos –, a qual disciplina acerca do tratamento de dados pessoais no território nacional, sejam de pessoas naturais ou jurídicas, assim como de direito público ou privado, almejando, principalmente, assegurar os direitos fundamentais constitucionais. Para tanto, traz um conceito para o termo “dados pessoais”²⁷², elencando princípios que devem ser aplicados.²⁷³

²⁷¹ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.144, de 2021**. Dispõe sobre os dados pessoais inseridos na internet após a morte do usuário. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01aju2svwg9n5ljto5i uqb3cr013211903.node0?codteor=1982887&filename=PL+1144/2021. Acesso em: 11 mai. 2021. p. 2/3.

²⁷² Informação que possibilita a identificação, direta ou indireta, de uma determinada pessoa. Como, por exemplo: RG, CPF, endereço residencial, número de celular e/ou de telefone residencial...

²⁷³ NUNES, Cláudia Mietlicki. "**Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os Reflexos no Campo da Pesquisa Clínica**". Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/288182159.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 11.

Além da conceituação dos dados pessoais, tal legislação trouxe ao ordenamento jurídico conceitos sobre: “dados pessoais sensíveis, tratamento de dados, titular, controlador, processador, entre outros”.²⁷⁴

Dessa forma, discorrem Antonio João Gonçalves de Azambuja, Lisandro Zambenedetti Granville e Alexandre Guilherme Motta Sarmiento:

[...] o Governo Brasileiro publicou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.²⁷⁵

A referida Lei traz, em seu art. 2º, os fundamentos relativos à proteção de dados pessoais, quais sejam:

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:
 I - O respeito à privacidade;
 II - A autodeterminação informativa;
 III - A liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
 IV - A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
 V - O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
 VI - A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
 VII - Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.²⁷⁶

Mas, adentrando-se ao tema analisado no presente trabalho, embora a Lei Geral de Proteção de Dados seja uma grande evolução dentro do sistema de leis do Brasil, deixou a Lei de trazer regulamentação sobre a herança digital, como explica Paula Lourenço Madeira: “Contudo, nada trouxe sobre a hipótese de falecimento do titular dos dados, deixando lacuna em casos de eventual sucessão”.²⁷⁷

Júlia Venas Oliveira, na mesma linha de pensamento, explica que nesta norma:

²⁷⁴ MADEIRA, Paula Lourenço. “**A Herança Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados**”. In: Jusbrasil. Disponível em: <https://paulalourencomadeira.jusbrasil.com.br/artigos/792276970/a-heranca-digital-e-a-lei-geral-de-protecao-de-dados>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁷⁵ AZAMBUJA, Antonio João Gonçalves de; GRANVILLE, Lisandro Zambenedetti; SARMENTO, Alexandre Guilherme Motta. “**A Privacidade, a Segurança da Informação e a Proteção de dados no Big Data**”. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/914/831. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 3.

²⁷⁶ BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 21 abr. 2021. Art. 2º.

²⁷⁷ MADEIRA, Paula Lourenço. “**A Herança Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados**”. In: Jusbrasil. Disponível em: <https://paulalourencomadeira.jusbrasil.com.br/artigos/792276970/a-heranca-digital-e-a-lei-geral-de-protecao-de-dados>. Acesso em: 21 abr. 2021.

[...] não existe previsão alguma acerca da herança digital e do que deve ser feito com os bens digitais de usuários falecidos. O texto da lei não traz nenhuma referência ao tema, deixando uma grande lacuna acerca da proteção dos dados pessoais do *de cujus*.²⁷⁸

A autora ainda destaca que:

Uma possível solução para a questão da herança digital seria que esta Lei obrigasse além do termo de consentimento para o uso de seus dados em todas as plataformas digitais, o acréscimo de um termo padronizado onde o titular da conta manifestasse a sua vontade sobre a destinação dela caso ele vá a óbito, com a disponibilização de contatos dos herdeiros digitais, uma estrutura semelhante à utilizada nos sites de testamento digital. E, quanto a forma de transmissão, os bens digitais se equiparariam ao patrimônio, onde em ausência de testamento ou codicilo, os herdeiros poderiam requerer seu domínio através do inventário.²⁷⁹

Assim, tem-se que a Lei Geral de Proteção de Dados, sendo a mais nova a vigor sobre o ambiente virtual, deixou uma lacuna em relação à transmissão dos bens digitais do *de cujus*, já que em momento algum tratou da Herança Digital, nem mesmo preceituou sobre a proteção de dados da pessoa falecida. Com isso, não estando positivado o direito sucessório do acervo digital, passa-se a analisar como, no ordenamento jurídico brasileiro, pode ocorrer a transferência de tais bens.

4.5 TESTAMENTO DE BENS DIGITAIS

A transmissão de bens do *de cujus* pode ocorrer pela modalidade testamentária, por meio do documento chamado de testamento – de acordo com o abordado no primeiro capítulo –, sendo que, em consonância com a evolução da sociedade, atualmente o testamento pode abranger os bens virtuais, sejam eles econômicos ou meramente existenciais, encontrando aí uma “escapatória” para a transferência do acervo digital do *de cujus* aos seus herdeiros, já que, como visto, inexistente disposição expressa sobre.

²⁷⁸ OLIVEIRA, Júlia Venas. "A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de *de cujus*". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 18/19.

²⁷⁹ OLIVEIRA, Júlia Venas. "A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de *de cujus*". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 18.

Ensina Flávio Tartuce que:

Além do testamento afetivo, pode-se falar também em testamento digital, com a atribuição dos bens acumulados em vida no âmbito virtual, como páginas, contatos, postagens, manifestações, likes, seguidores, perfis pessoais, senhas, músicas entre outros elementos imateriais adquiridos nas redes sociais.²⁸⁰

Moisés Fagundes Lara também se preocupou em tratar do testamento digital, pontuando que:

No testamento de bens digitais podemos deixar instruções claras sobre o destino de nossos bens digitais: nossas senhas de acesso aos sites, e-mails e redes sociais; um inventário prévio de nosso patrimônio digital; e até mesmo os contatos que os sucessores devam realizar para acessar a esse patrimônio, tais como os endereços eletrônicos, telefones de contato de alguma empresa contratada previamente para inventariar todo o nosso acervo digital.²⁸¹

O autor também aponta para a relevância do testamento de bens digitais: “[...] uma forma prática e segura de transmissão dos ativos digitais aos seus sucessores é realizar um testamento de bens digitais, evitando-se assim o perecimento dos bens digitais depositados na rede [...]”.²⁸²

Ante à ausência de legislação específica sobre a sucessão legítima dos bens insuscetíveis de valoração econômica, o testamento demonstra grande importância na Era da Informação, pois além de ser possível conter bens de caráter patrimonial – que podem igualmente ser transmitidos pela sucessão legítima –, pode também abranger os bens puramente existenciais, conforme ensina Bruno Zampier:

Quanto aos bens digitais patrimoniais: seriam dignos de ser transmitidos, por integrarem o acervo patrimonial do de cujus, por meio da sucessão legítima ou mesmo testamentária [...]. Já quanto aos bens digitais existenciais [...] é aí que entra a manifestação de vontade do titular dos ativos digitais. Defende-se ser possível, no bojo de um testamento tradicional, a inserção de uma cláusula para que possa conceder o destino aos bens desta natureza, sendo então mais uma disposição de caráter não patrimonial.²⁸³

Ou seja, a via testamentária demonstra-se a solução para a transmissão do acervo digital do falecido, como indica Gustavo Santos Gomes Pereira: “[...] com a

²⁸⁰ TARTUCE, Flávio. “**Herança Digital e Sucessão Legítima. Primeiras Reflexões**”. In: Flávio Tartuce. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/3>. Acesso em: 10 abr. 2021. p. 1/2.

²⁸¹ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 92.

²⁸² LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016. p. 92.

²⁸³ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 176/177.

relativa novidade do imbróglio que a nós se apresenta, o remédio que contra ele pode agir é milenar: o testamento. Não se trata, entretanto, de um testamento tradicional, mas de um cujo objeto o torna especial: o testamento digital".²⁸⁴

Em observância à Legislação Civil vigente, nota-se que não existe nenhuma disposição afirmando a impossibilidade de inclusão dos bens armazenados virtualmente no testamento ou codicilo²⁸⁵, encontrando-se, no art. 1.857, do Código Civil, a possibilidade de as disposições testamentárias abrangerem tanto os bens digitais de caráter patrimonial, quanto os existenciais, o qual preceitua:

Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.

§ 1º A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.

§ 2º São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.²⁸⁶

Por meio da utilização do artigo supracitado, mesmo com a inexistência de positivação acerca da sucessão dos bens virtuais, faz-se possível a transmissão do acervo digital do *de cuius* aos seus herdeiros e/ou legatários, é o que explica Isabel Se Oh:

Inexiste qualquer oposição expressa no ordenamento à possibilidade de se testar acerca de seu acervo digital; e, ainda que permaneça dúvida sobre o caráter patrimonial de tais bens, o artigo 1.857 do Código Civil é capaz de dirimir eventuais dúvidas acerca das disposições de caráter extrapatrimonial, as quais também podem ser incluídas em testamento. Verifica-se, portanto, ampla possibilidade de disposição pelo falecido da herança digital.²⁸⁷

Aponta-se ainda a importância do § 2º da referida norma, pois, como visto em capítulo anterior, os bens de caráter existencial não podem ser inclusos na sucessão legítima, já que não constituem o acervo patrimonial do falecido, face a sua não

²⁸⁴ PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 133.

²⁸⁵ COMINI, Anna Izadora Ramos. "**O Direito à Herança Digital em Relação aos Bens Digitais Incorpóreos à Luz do Código Civil Brasileiro**". Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso em: 22 abr. 2021. p. 183.

²⁸⁶ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 22 abr. 2021. Art. 1.847.

²⁸⁷ SE OH, Isabel. "**Herança Digital sob a Perspectiva do Patrimônio Privado: Análise do Projeto de Lei n. 4.099/2012 Conforme as Regras Sucessórias Brasileiras**". Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18829/1/2017_IsabelSeOh.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021. p. 16.

valoração econômica²⁸⁸, encontrando-se no dito parágrafo um escopo para sua transmissão, apontando Juliana Evangelista de Almeida que na expressão de última vontade:

[...] podem ser reguladas outras disposições que não correlatas ao patrimônio, ou seja, pode haver em testamento disposições de conteúdo não patrimonial, conforme artigo 1.857 §2º do Código Civil. Assim, podem, por exemplo, ser reconhecido filho através de testamento, pode-se nomear tutor, fazer determinações sobre funeral, dispor de partes ou da totalidade do corpo, instituir fundação, entre outros.²⁸⁹

No mesmo sentido, ensina Bruno Zampier:

Defende-se ser possível, no bojo de um testamento tradicional, a inserção de uma cláusula para que possa conceder o destino aos bens desta natureza, sendo então mais uma disposição de caráter não patrimonial. [...] ainda que o testamento tenha somente esta função, ele deve ser lavrado, como admitido pelo próprio art. 1.857, § 2º, do Código Civil.²⁹⁰

Destaca-se, ainda, que o autor discorre sobre o testamento e os bens digitais passíveis de valoração econômica:

Optando pela via testamentária, não se enxerga qualquer impedimento de ordem legal para que esses bens tenham seu futuro regulamentado, por intermédio de mais uma cláusula do testamento, devendo ser respeitadas, como em qualquer outra hipótese, as formalidades relativas a cada uma das modalidades de testamento. Desnecessária a formatação de um documento específico que disponha somente acerca dos bens digitais patrimoniais.²⁹¹

Assim, na ausência de legislação específica para regulamentar a transmissão dos bens digitais do falecido, acaba-se por encontrar na disposição de última vontade, uma forma de garantir que o acervo virtual seja transmitido aos herdeiros por testamento ou codicilo.²⁹²

²⁸⁸ NASCIMENTO, Thamires Oliveira. “Herança Digital: o Direito da Sucessão do Acervo Digital”. In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 22 abr. 2021. p. 38.

²⁸⁹ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. “A Tutela Jurídica dos Bens Digitais Após a Morte: Análise da possibilidade de reconhecimento da herança digital”. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_AlmeidaJEv_1.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021. p. 47.

²⁹⁰ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 177.

²⁹¹ ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021. p. 176.

²⁹² BIGUELINI, Thais Donato. “Herança Digital: Sucessão do Patrimônio Cibernético”. In: UNIJUÍ. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5674>. Acesso em: 22 abr. 2021. p. 42.

Tendo em vista os aspectos observados no presente capítulo, é possível verificar que no Brasil existem leis que regulamentam as relações constantes no ambiente virtual, as quais trazem princípios, direitos e deveres para o uso da Internet. Porém, nenhuma delas buscou tratar acerca da herança digital, cabendo-se dizer o mesmo do Código Civil, que não trata de maneira expressa sobre a sucessão dos bens digitais, mas onde, por meio da utilização de determinados artigos expostos, pode-se garantir a transmissão dos bens digitais de caráter patrimonial.

Em se tratando da omissão das referidas normas em relação à herança digital, viu-se que existiam Projetos de Lei (n. 4.099/2012, 4.847/2012, 7.742/2017, 8.562/2017 e 6.468/2019) com a pretensão de incluir o direito sucessório dos herdeiros aos bens virtuais no ordenamento jurídico brasileiro, mas que acabaram arquivados. Atualmente, segue em tramitação os Projetos de Lei n. 3.050 de 2020 e 1.144 de 2021, que, se aprovados, farão com que conste, de forma expressa no Código Civil e Marco Civil da Internet, a transmissão de arquivos digitais do falecido aos seus sucessores.

Por fim, constatou-se que, ante à ausência de regulamentação sobre o tema, o testamento mostra-se o remédio para sanar tal obscuridade, onde, por meio de disposição de última vontade, o usuário da Internet pode transmitir aos seus herdeiros, após a sua morte, o seu acervo digital, constituído tanto por bens que possuam valoração econômica, quanto por bens existenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto a análise da existência de regulamentação, ou sua possibilidade, acerca da transmissão do acervo digital do usuário da Internet após o seu falecimento. Para tanto, considerou-se que, no Brasil, inexistente legislação expressa que trate da Herança Digital, mas que com o andamento do Projeto de Lei é visível a possibilidade de normatização.

A pesquisa foi realizada por meio da técnica bibliográfica, com a juntada de doutrina e lei pertinente ao tema.

Inicialmente, foram realizadas as devidas explicações sobre o Direito Sucessório, já que o tema central envolve intimamente tal direito, realizando uma contextualização, conceituação e apontamentos da matéria, onde verificou-se que ela está regulamentada dentro do Código Civil, em seu Livro V, o qual se divide em três títulos. Dentro do estudo dessas normas, explicou-se o instituto da Herança, a fim de construir uma base sólida para a monografia. Viu-se ainda, as modalidades do Direito Sucessório e, o procedimento no qual se faz a transmissão expressa do acervo patrimonial do falecido: o inventário.

Na sequência, a fim de demonstrar a importância do tema deste Trabalho, abordou-se o tópico da Sociedade da Informação, no qual fora demonstrado como a revolução tecnológica, com a ampla utilização de meios digitais – principalmente da Internet –, trouxe desafios para vários âmbitos sociais, inclusive para o meio jurídico. Observada a existência desses desafios, analisou-se o Direito Digital, que, conforme doutrinas expostas, veio para regulamentar as relações virtualmente estabelecidas, não se tratando de uma legislação codificada, mas sim de um direito fortemente amparado por princípios e analogia, buscando conciliar a segurança jurídica com a velocidade da evolução digital.

Ao decorrer do segundo capítulo, tendo como base as conceituações e apontamentos do capítulo primeiro, fez-se uma análise da Herança Digital, a qual consiste na transmissão dos bens virtuais do *de cuius*. Tal tema, com a observância da doutrina, demonstrou sua suma importância, pois na Era da Informação tem-se a possibilidade dos usuários da Internet criarem verdadeiros acervos dentro desse ambiente, por meio de armazenamento/criação de dados digitais em nuvens ou mídias sociais. Visualizada a existência da “riqueza de conteúdo digital”, buscando-se entender como se dá sua transmissão aos herdeiros, foi necessária realizar a

diferenciação desses bens, que, consoante com os doutrinadores, viu-se duas modalidades: os bens suscetíveis de valoração econômica e os bens insuscetíveis dela.

Com a divisão supracitada, constatou-se que a modalidade dos bens suscetíveis de valoração econômica ou bens patrimoniais, pode compor o acervo patrimonial do falecido, pois, como o próprio nome informa, possuem caráter econômico. Desta forma, foi observado que a transmissão destes bens já deve ocorrer, não necessitando de nova legislação ou alteração na lei para tanto, tendo em vista já se enquadrarem na “herança tradicional”, devendo serem arrolados no inventário. Por outro lado, quanto aos bens insuscetíveis de valoração econômica, também chamados de bens existenciais, restou visível o não enquadramento destes na herança tradicional, já que, conforme ensinado pelos doutrinadores citados, estes não compõem o acervo patrimonial do usuário.

No último capítulo, com o entendimento de que os bens digitais existenciais não se enquadram na “herança tradicional”, buscou-se, em legislações vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, norma capaz de amparar a transmissão destes bens após o falecimento do usuário, para isso, analisou-se as seguintes leis: Código Civil, Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

No âmbito do Código Civil, viu-se que a transmissão de bens digitais patrimoniais, conforme anteriormente exposto, pode ocorrer com base nas normas gerais – art. 1.784 a 2.027 –, tem-se essa possibilidade porque a lei não preceituou diferenciação entre bens físicos e digitais. Mas, levando-se em conta os bens virtuais meramente existenciais, verificou-se a omissão da lei em relação à Herança Digital. Assim, não há norma expressa na Legislação Civil sobre o Direito Sucessório inerente a esses bens. Buscando-se a possibilidade de regulamentação nesta norma, foram analisados os Projetos de Lei n. 4.099/2012, 4.847/2012, 8.562/2017, 6.468/2019, 3.050/2020 e 1.144/2021.

Constatou-se que os únicos projetos que ainda estão em andamento são os dois últimos supracitados, sendo que, se aprovado, o PL de n. 3.050 de 2020, alterará o art. 1.788 do Código Civil, adicionando parágrafo único que disciplina, expressamente, da transmissão de titularidade dos arquivos, contas e conteúdos digitais do *de cuius*. E, por sua vez, se aprovado o PL de n. 1.144/2021, fará constar nos parágrafos únicos dos arts. 12 e 20, da mesma Legislação, a possibilidade de pessoa, com legítimo interesse, proteger os direitos de personalidade do falecido,

além de adicionar à Lei, no Livro do Direitos das Sucessões, o art. 1.791-A, que determinará que dados pessoais inseridos nos meios virtuais, integrem a herança do *de cuius*.

Em relação ao Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, mesmo que sejam legislações que tratem de situações relacionadas ao ambiente virtual, trazendo princípios e regras para a utilização da Internet, foi possível constatar, por meio da análise da letra das leis e de pareceres doutrinários, que estas normas nada preceituam sobre a Herança Digital. Tentando-se encontrar uma possibilidade de regulamentação, fora estudado o Projeto de Lei 7.742/2017, que almejava a inclusão, no Marco Civil da Internet, de disposição acerca da manutenção e gerenciamento de contas virtuais do usuário após o seu falecimento, mas estando arquivado desde 2019. Ainda, voltou-se a visualizar o Projeto de Lei 1.144/2021, que, no âmbito do Marco Civil da Internet, possui pretensão semelhante ao PL 7.742/2017, estando em andamento.

Findo o estudo das Legislações e dos Projetos de Lei, concluindo-se que inexistente regulamentação expressa quanto à Herança Digital, entrou-se no tópico do Testamento de Bens Digitais, o qual demonstrou ser a solução para a transmissão do acervo virtual do *de cuius* enquanto persiste a omissão legal. A disposição de última vontade se mostrou como a “escapatória” nesses casos, já que, por meio do testamento, podem ser transmitidos tanto bens de caráter econômico, quanto bens meramente existenciais, sejam eles físicos ou virtuais.

Assim, conclui-se que a hipótese foi confirmada, pois de fato, até o momento, inexistente legislação específica acerca da transmissão de bens digitais do *de cuius* aos seus herdeiros, devendo frisar-se que os bens virtuais passíveis de valoração econômica podem ser transmitidos com base na lei vigente, mesmo com o Código Civil não tratando da Herança Digital, pois compõem o acervo patrimonial do falecido. Ainda, resta igualmente confirmada a hipótese no tocante da possibilidade de regulamentação do Direito Sucessório ligado ao ambiente virtual, ante aos Projetos de Lei n. 3.050 de 2020 e 1.144 de 2021 que estão em andamento.

Ao fim, cabe salientar que com o presente Trabalho de Curso não se pretende esgotar o estudo acerca do assunto, mesmo porque, como visto, pode existir legislação futura que trate/regulamente o tema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juliana Evangelista de. "**A Tutela Jurídica dos Bens Digitais Após a Morte**: Análise da possibilidade de reconhecimento da herança digital". Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_AlmeidaJEv_1.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.
- AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventário e Partilha**: Teoria e Prática. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- ANTUNES, Nathália Zampieri; ZAMPIERI, Marcelo Carlos. "**A Herança Digital e sua Necessidade de Implementação no Processo de Modernização do Ordenamento Jurídico Brasileiro**". Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-heranca-digital-e-sua-necessidade-de-implementacao-no-processo-de-modernizacao-do-ordenamento-juridico-brasileiro.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- AUGUSTO, Naiara Czarnobai; OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia. "**A Possibilidade Jurídica da Transmissão de Bens Digitais "Causa Mortis" em Relação aos Direitos Personalíssimos do de cujus**". Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-16.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- AZAMBUJA, Antonio João Gonçalves de; GRANVILLE, Lisandro Zambenedetti; SARMENTO, Alexandre Guilherme Motta. "**A Privacidade, a Segurança da Informação e a Proteção de dados no Big Data**". Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/914/831. Acesso em: 21 abr. 2021.
- BARRETO, Alesandro Gonçalves; NERY NETO, José Anchieta. "**Herança Digital**". Disponível em: <http://direitoeti.com.br/site/wp-content/uploads/2016/03/BARRETO-Alesandro-Gon%C3%A7alves-NERY-NETO-Jos%C3%A9-Anchi%C3%A7a-Heran%C3%A7a-Digital.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- BERTASSO, Bruno de Matos. "**Bens Digitais em Serviço de Computação em Nuvem e o Direito de Sucessão**". Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11139/1/2015_BrunodeMatosBertasso.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.
- BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado**. Ed. Histórica. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.
- BIGUELINI, Thais Donato. "**Herança Digital: Sucessão do Patrimônio Cibernético**". In: UNIJUÍ. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5674>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.099, de 2012**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01o

5b0pbysit0pwi5qub8t78yg10135793.node0?codteor=1004679&filename=PL+4099/2012. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.847, de 2012**. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01rfknxg95o9m97cid2eh50yw112143011.node0?codteor=1049733&filename=PL+4847/2012. Acesso em: 19 abr. 2021.

_____, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.742, de 2017**. Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), a fim de dispor sobre a destinação das contas de aplicações de internet após a morte de seu titular. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01b4gcbs39nq4wot5rdprdaub213903482.node0?codteor=1564285&filename=PL+7742/2017. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.562, de 2017**. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1596819&filename=PL+8562/2017. Acesso em: 19 abr. 2021.

_____, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.050, de 2020**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0d1yehscc4fqnz8s1640f9ka11826250.node0?codteor=1899763&filename=PL+3050/2020. Acesso em: 19 abr. 2021.

_____, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.144, de 2021**. Dispõe sobre os dados pessoais inseridos na internet após a morte do usuário. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01aju2svwg9n5ljto5iuqb3cr013211903.node0?codteor=1982887&filename=PL+1144/2021. Acesso em: 11 mai. 2021.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007**. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11441.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

_____. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da

República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 29 mar. 2021.

_____. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____, Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.468, de 2019**. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8056437&ts=1613670067443&disposition=inline>. Acesso em: 16 abr. 2021.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 0311283-62.2015.8.24.0038**, Quinta Câmara de Direito Civil, Relator: Desembargador Ricardo Fontes, julgado em 27/08/2019. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=ARROLAMENTO%20SUM%C1RIO%20TAXAS%20JUDICI%C1RIAS&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAGAANEP3AAE&categoria=acordao_5. Acesso em: 31 mar. 2021.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Inventário e Partilha: Judicial e Extrajudicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, v. 1: A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CASTIGLIONI, Tamires Gomes da Silva; SANTOS, Everton Silva. "**Herança Digital: A Transmissão de Bens Virtual**". In: Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/4805>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CAVALCANTE, Zadequias Vieira; SILVA, Mauro Luiz Siqueira da. "**A Importância da Revolução Industrial no Mundo da Tecnologia**". Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

COMINI, Anna Izadora Ramos. "**O Direito à Herança Digital em Relação aos Bens Digitais Incorpóreos à Luz do Código Civil Brasileiro**". Disponível em: <https://congressointercontinental.com.br/wp-content/uploads/2020/09/anais-congresso-intercontinental-2019-final.pdf#page=171>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007**. Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/179#:~:text=%C3%89%20obrigat%C3%B3ria%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20de,do%20C%C3%B3digo%20de%20Processo%20Civil>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CONSTANTINO, Gabrielle. "**O PL n. 3050/2020 e seus Efeitos no Direito Sucessório Brasileiro em Caso de Aprovação**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://gconstantino.jusbrasil.com.br/artigos/925797069/o-pl-n-3050-2020-e-seus-efeitos-no-direito-sucessorio-brasileiro-em-caso-de-aprovacao>. Acesso em: 19 abr. 2021.

COSTA FILHO, Marco Aurélio de Farias. **Patrimônio Digital: Reconhecimento e Herança**. Recife: Nossa Livraria, 2016.

_____, Marco Aurélio de Farias. "**Herança Digital: Valor Patrimonial e Sucessão de Bens Armazenados Virtualmente**". In: Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152/143>. Acesso em: 9 abr. 2021.

COSTA, Thabata Filizola. "**A Importância do Marco Civil da Internet**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://thabatafc.jusbrasil.com.br/artigos/313088224/a-importancia-do-marco-civil-da-internet>. Acesso em: 21 abr. 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões**. 33. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

EMERENCIANO, Adelmo da Silva. **Tributação no Comércio Eletrônico**. São Paulo: Thomson Iob, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil, v. 7: Sucessões**. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCISCONI, Gabriella. "**O Direito Sucessório do Patrimônio Virtual**". In: RIUNI. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/6784>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, v. 7:** Direito das Sucessões. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. "**Sucessão de Bens Digitais:** Quem Tem Medo do Novo?". Disponível em: <https://digital.iabnacional.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Sucess%C3%A3o-de-Bens-Digitais-Quem-tem-Medo-do-Novo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

KARASINSKI, Vera. "**Como fica a internet brasileira com a aprovação do Marco Civil da Internet?**". Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/projeto-de-lei/54490-internet-brasileira-aprovacao-marco-civil-internet.htm>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. Porto Alegre: S. C. P., 2016.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado, v. 6:** Direito das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LIMA, Isabela Rocha. "**Herança Digital:** direitos sucessórios de bens armazenados virtualmente". Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6799/1/2013_IsabelaRochaLima.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 13.

MADEIRA, Paula Lourenço. "**A Herança Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://paulalourencomadeira.jusbrasil.com.br/artigos/792276970/a-heranca-digital-e-a-lei-geral-de-protacao-de-dados>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MENEZES, Cristiane Penning Pauli de; RODRIGUES, Fernanda. "**A Emergente Necessidade de Ampliação do Direito Sucessório Frente ao Nascimento e Reconhecimento da Herança Digital no Direito Brasileiro**". Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/6-16.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil, v. 6:** Direito das Sucessões. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NASCIMENTO, Thamires Oliveira. "**Herança Digital:** o Direito da Sucessão do Acervo Digital". In: ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21969>. Acesso em: 22 abr. 2021.

NEVES, Marcela Cioccia; SOUZA, Vinicius Roberto Prioli de. "**A Herança Digital e sua Principiologia Constitucional**". Disponível em: <http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no16/artigo38.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

NUNES, Cláudia Mietlicki. "**Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os Reflexos no Campo da Pesquisa Clínica**". Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/288182159.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Júlia Venas. "**A Destinação de Bens Digitais Post Mortem: Conflitos entre a sucessão dos herdeiros e os direitos da personalidade do usuário de cujus**". Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2529/1/TCCJ%C3%9ALIAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PACHECO, José da Silva. **Inventários e Partilhas: na Sucessão Legítima e Testamentária**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PASSOS, Cleylton Mendes. "**Como Proteger seu Legado Digital**". In: JusBrasil. Disponível em: <https://cleylton.jusbrasil.com.br/artigos/402263968/como-proteger-seu-legado-digita>. Acesso em: 7 abr. 2021.

PEREIRA, Gustavo Santos Gomes. **Herança Digital no Brasil: O Projeto de Lei nº 4099/2012 e seus possíveis impactos sobre a defesa póstuma dos direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PINTO, João Pedro de Oliveira; RODRIGUES, Fernanda; MENEZES, Cristiane Penning Pauli. "**A Transferência Sucessória da Herança Digital: uma análise das políticas internas da rede social Instagram**". Disponível em: <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2020/04/a-transferencia-sucessoria-da-heranca-digital-uma-analise-das-politicas-internas-da-rede-social-instagram.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RODRIGUES, Ezyle. "**Herança Digital: o que devemos saber sobre ela?**". In: Jusbrasil. Disponível em: <https://ezyle13.jusbrasil.com.br/artigos/935889701/heranca-digital-o-que-devemos-saber-sobre-ela>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil, v. 1: Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

SANZI, Júlia. "**Herança Digital e Direito Sucessório**". In: Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/08/20/artigo-heranca-digital-e-direito-sucessorio-por-julia-sanzi/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

SE OH, Isabel. "**Herança Digital sob a Perspectiva do Patrimônio Privado: Análise do Projeto de Lei n. 4.099/2012 Conforme as Regras Sucessórias Brasileiras**". Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18829/1/2017_IsabelSeOh.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

SOUZA, Nathalia Caroline Lucas de; NOGUEIRA, Brenda Assis. "**Herança Digital: amparo na destinação do conteúdo digital pós morte**". In: Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/54927/herana-digital-amparo-na-destinacao-do-contedo-digital-ps-mortem>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **N. 663**: Informativo de Jurisprudência de 2020. In: Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/Informjuris20/article/view/3824/4053>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil, v. único**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

_____, Flávio. "**Herança Digital e Sucessão Legítima. Primeiras Reflexões**". In: Flávio Tartuce. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/3>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TEIXEIRA, Guilherme Cardoso. "**O Papel Social da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil**". Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/9827/Monografia%20Guilherme%20Cardoso%20Teixeira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil, v. 7: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____, Silvio de Salvo. **Direito Civil, v. 5: Família e Sucessões**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

VIRGÍNIO, Maria Adriana Dantas. "**A Sucessão do Acervo Digital**". In: Wikidot. Disponível em: <http://idireitofbv.wikidot.com/sucessaodeacervodigital>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WALD, Arnaldo. **Direito Civil, v. 6: Direito das Sucessões**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ZAMPIER, Bruno. **Bens Digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais**. 2. ed. São Paulo: Editora Foco, 2021.